

RESOLUÇÃO Nº 8/REIT - CEPEX/IFRO, DE 28 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a aprovação da Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.017421/2019-31; considerando a Resolução nº 24/REIT - CEPEX/IFRO (SEI nº 0059131), de 04/09/2017; considerando a Resolução nº 35/REIT CONSUP/IFRO (SEI nº 0011127), de 05/06/2017, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 3ª Reunião Extraordinária, em 28/07/2021, RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Porto Velho Zona Norte*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho**, em 29/07/2021, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1324886** e o código CRC **FC0B4480**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 8/CEPEX/IFRO, DE 28 DE JULHO DE 2021
PPC CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL MODALIDADE PRESENCIAL
- LINK 1310486

Referência: Processo nº 23243.017421/2019-31

SEI nº 1324886

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL
– modalidade presencial

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL

– modalidade presencial

Projeto Pedagógico de Curso do CST em Gestão Comercial – presencial, reformulado pela comissão nomeada pela Portaria nº 224/PVZN - CGAB/IFRO, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019, com os seguintes membros:

Alberto Bruno de Oliveira Viana

Alecsandro Marian da Silva

Angelina Maria de Oliveira Licório

Caren Stela Máximo Batista

Fernanda Amaral Figueiredo

Guilherme Tadaki Tazo Gaspar

Kenia Silva Martins Freitas

Lady Day Pereira de Souza

Marialva de Souza Silva

Willis José Rodrigues

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.1	DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.2	DADOS DA UNIDADE DE ENSINO.....	6
1.3	CORPO DIRIGENTE.....	6
1.4	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.4.1	Histórico do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte.....	10
2.	APRESENTAÇÃO.....	12
2.1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	13
2.2	TOTAL DE VAGAS.....	13
2.3	JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	14
2.3.1	Dados socioeconômicos da região.....	15
2.3.2	Dos dados e pirâmide populacional.....	17
2.3.3	População do ensino médio regional.....	17
2.3.5	Taxas bruta e líquida de matriculados na educação superior.....	19
2.4	PÚBLICO-ALVO.....	22
2.4.1	Formas de ingresso.....	23
2.5	DOS OBJETIVOS.....	23
2.5.1	Objetivo geral.....	23
2.5.2	Objetivos específicos.....	23
2.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	24
2.6.1	Áreas de atuação.....	25
3.	ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.....	25
3.1	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	25
3.1.1	Estratégias de ensino previstas no curso.....	27
3.1.2	Transversalidade no currículo.....	30
3.1.3	Estratégias de acompanhamento pedagógico.....	31
3.1.4	Estratégias de flexibilização curricular.....	32
3.1.5	Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais.....	32
3.1.6	Curricularização da extensão.....	33
3.1.7	Outras atividades previstas para o curso.....	34
3.2	ESTRUTURA CURRICULAR.....	34
3.2.1	Da matriz curricular do curso.....	38
3.3	AVALIAÇÃO.....	41
3.3.1	Avaliação do processo de ensino aprendizagem.....	41
3.3.2	Avaliação do curso.....	44
3.4	PRÁTICA PROFISSIONAL.....	45
3.4.1	A prática profissional integrada ao currículo.....	45
3.4.2	Prática profissional supervisionada.....	45
3.5	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	46

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	47
3.7 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE	48
3.7.1 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais ou mobilidade reduzida	50
3.7.2 Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	51
3.7.3 A Inclusão Educacional: Das Políticas de Educação em Direitos Humanos	52
3.7.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	54
3.7.5 Apoio ao discente	54
3.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	58
3.8.1 Multimeios didáticos	58
3.8.2 Recursos de informática.....	58
3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem	59
3.9 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	61
3.10 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	61
3.10.1 Integração com a rede pública e empresas.....	63
3.11 CERTIFICAÇÃO.....	63
4. EQUIPE DOCENTE PARA O CURSO.....	64
4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO.....	64
4.2 DOCENTES PARA O CURSO	65
4.2.1 Experiência profissional e titulação do quadro docente do curso	65
4.3 TITULAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO	67
4.2.2 Índice de qualificação dos docentes do curso	67
4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	67
4.5 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	67
5. GESTÃO ACADÊMICA	68
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	68
5.2 COLEGIADO DO CURSO	69
5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	70
5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO	72
5.4.1 Diretoria de Ensino	72
5.4.2 Departamento de Extensão	73
5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.....	74
5.4.4 Equipe Técnico-Pedagógica	74
6. INFRAESTRUTURA.....	75
6.1 ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	75
6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	76
6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	77
6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual.....	77
6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.....	78
6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	78

6.3.1 Laboratórios.....	78
6.3.2 Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos.....	78
6.4 BIBLIOTECA.....	79
6.4.1 Espaço físico.....	79
6.4.2 Serviços da biblioteca.....	79
6.4.3 Demonstrativo da relação unidade/quantidade.....	80
7. BASE LEGAL.....	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA.....	86
PRIMEIRO SEMESTRE.....	86
SEGUNDO SEMESTRE.....	88
TERCEIRO SEMESTRE.....	91
QUARTO SEMESTRE.....	94
DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	97

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA				
CNPJ:	10.817.343-0001-05				
End.:	Av. Tiradentes, 3009 - Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-001
Fone:	(69) 2182-9601	Fax:	(69) 2182-9620		
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br				

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite.

Pró-Reitor de Ensino: Edslei Rodrigues de Almeida.

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação: Gilmar Alves Lima Júnior.

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis.

Pró-Reitora de Administração e Planejamento: Jéssica Cristina Pereira Santos.

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Arijoan Cavalcante dos Santos.

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE				
CNPJ:	10.817.343/0007-92				
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	069-2182-3801	Fax:			
E-mail:	campusportovelhozonaorte@ifro.edu.br				

1.3 CORPO DIRIGENTE

Dirigente Principal da Instituição de Ensino	
Cargo:	Diretora-Geral do <i>Campus</i>
Nome:	Ariadne Joseane Félix Quintela
Link Lattes:	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
E-mail:	dg.pvhzonanorte@ifro.edu.br
Diretoria de Ensino	
Cargo:	Diretor de Ensino
Nome:	Geraldo Castro Cotinguiba
Link Lattes:	http://lattes.cnpq.br/4749193856079051
E-mail:	de.pvhzonanorte@ifro.edu.br

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 *campi*: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena e um *Campus* Avançado em Cacoal. O perfil empreendedor enraizado na instituição fez com que, em 2014, o IFRO já possuísse em sua estrutura administrativa, a Reitoria, 7 (sete) *Campi* e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância.

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui 10 (dez) *campi* presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 52 (cinquenta e dois) polos de EaD em parceria com municípios do Estado, consolidando a abrangência da instituição em todo o território estadual. Abaixo são apresentados os marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária;

- 2005: Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios;
- 2007: Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste. Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas;
- 2008: Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008. Autorização de funcionamento do *campus* Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 706, de 09 de junho de 2008, e do *Campus* Colorado do Oeste, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os *campi* Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena;
- 2009: Início das aulas do *campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO. Primeiro curso de Especialização Lato Sensu do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná. Autorização de funcionamento do *campus* Ariquemes, por meio da Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009;
- 2010: Autorização do funcionamento do *campus* Avançado Cacoal e do *campus* Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010, além do *campus* Vilhena, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. Início das atividades letivas do *Campus* Ariquemes. Ainda no primeiro semestre de 2010, passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *campus* Ji-Paraná;
- 2011: Início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos. Início

- da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônômica em Colorado do Oeste);
- 2012: Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais. A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados;
 - 2013: Início da oferta de cursos pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de *campus* Avançado de Porto Velho para *campus* Porto Velho Zona Norte (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado. Início, em janeiro, das obras do novo *campus* Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012. Integração da EMARC ao IFRO como *Campus* Ariquemes (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013) e autorização de funcionamento do *Campus* Porto Velho Calama (Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013). Mudança de categoria de *campus* Avançado Cacoal para *campus* Cacoal (Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013);
 - 2014: Acordo de Cooperação Acadêmica com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e alunos. Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos *campi* de Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
 - 2015: Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP), em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios. Mudança do *campus* Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 mini auditórios, restaurante e área de

convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado;

- 2016: Ato autorizativo dos *campi* Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional. Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- 2017: Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *campus* avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho. Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte). A tipologia do Avançado Jaru foi alterada para *Campus* Jaru, conforme Portaria MEC Nº 1.053, de 5 de setembro de 2017;
- 2018: Início do curso de Engenharia Agrônoma em Ariquemes; Autorização de funcionamento do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé;
- 2019: Início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Ariquemes e do curso de Medicina Veterinária em Jaru;
- 2020: Início dos primeiros cursos de graduação de oferta própria na modalidade de Educação a Distância: CST em Gestão Pública e CST em Gestão Comercial.

1.4.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgirá.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *campus* regular, assume, por

transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *campi* e polos regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profuncionário: Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar, alcançando já neste período mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e Técnico em Finanças, além do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui atualmente área de implantação de aproximadamente quinze mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de sete mil metros quadrados. Tendo ciência do tripé que sustenta o ensino na Rede Técnica e Tecnológica Federal, o *campus* desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, prioritariamente em ações de Educação a Distância, em razão da característica de sua criação, que é atuar na promoção e produção de cursos EaD. Assim, tem realizado maiores investimentos na estrutura de laboratórios e estúdios para a transmissão de aulas na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender às necessidades regionais relativas à educação profissional de nível médio e superior e contribuir para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios na formação técnica e profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mundo do trabalho e nas condições de exercício profissional.

Ressalta-se, também, que o IFRO não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas também como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos. Sendo assim, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial pretende formar profissionais com competências e habilidades que os tornem capazes de solucionar problemas da sociedade, executando as atividades relativas à função em sua plenitude.

Este projeto pedagógico de curso apresenta uma visão sintética da carreira, compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização curricular. Dessa forma, a proposta, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação do profissional, construindo o perfil desejado do futuro egresso, focando nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

Com esse entendimento, o curso é voltado para os estudantes que concluíram o ensino médio, oriundos da rede pública ou privada de ensino, que vislumbram uma inserção rápida no mercado de trabalho; para estudantes que já tenham formação de nível superior; e também para profissionais já inseridos no mercado de trabalho que desejam ampliar e aprofundar o seu conhecimento na área da gestão comercial.

O curso tem como proposta fundamental, por meio da capacitação profissional e da constante adequação de seu currículo aos novos rumos do mercado de trabalho, atender às necessidades atuais dos profissionais e das organizações. Para tanto, deverá atuar na formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver juntos, tendo seu escopo focado no saber fazer, com concepção de aprendizagem ativa baseada no processo de produzir conhecimento e não apenas apropriar-se dele.

Este é o entendimento do *Campus* Porto Velho Zona Norte e, especificamente do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), enquanto visualiza a educação como instrumento de

melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos por meio da ascensão social proporcionada na cidadania como fundamento para a evolução, no respeito à diversidade e individualidade, inclusive com relação às necessidades de inclusão e acessibilidade e no desenvolvimento das potencialidades e inteligências.

Tais objetivos são sustentados por práticas institucionais como: currículo atualizado, corpo docente com formação pós-graduada em nível de mestrado e/ou com experiência no mercado de trabalho, extensão acadêmica e tecnológica preferencialmente por meio de ação social e solução de problemas, incentivo à produção científica, difusão entre o alunado do raciocínio reflexivo, monitoria e apoio às mudanças metodológicas características do ensino superior, e responsabilidade compartilhada entre professor e aluno na relação ensino-aprendizagem. As práticas associadas ao PPC são corroboradas pelo conjunto de objetivos, metas e ações dispostos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para ensino, pesquisa e extensão, articulados, inclusive, com uma política institucional de acessibilidade e mobilidade.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial;

Modalidade de ensino: Presencial;

Área de Conhecimento/Eixo tecnológico: Ciências Sociais Aplicadas/Gestão e Negócios;

Habilitação: Tecnólogo em Gestão Comercial;

Carga Horária: 1900 horas;

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: Processo seletivo público, transferência externa ou edital específico;

Distribuição de Vagas: 40 vagas anuais;

Turno de Funcionamento: Noturno

Campus de Funcionamento: Porto Velho Zona Norte;

Regime de Matrícula: Semestral, por disciplina;

Prazo de Integralização do Curso: No mínimo 4 e no máximo 8 semestres.

2.2 TOTAL DE VAGAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) oferecerá 40 vagas anuais.

2.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Nas últimas décadas o Brasil deixou de ser um país agrário, com a maior parte de sua população vivendo no campo, para se tornar uma sociedade urbana, em processo de industrialização, e com uma forte demanda por serviços. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Censo 2010, a proporção de pessoas vivendo nas cidades já representava mais de 84% da população. Em Porto Velho, esse percentual chega a 91%, de acordo com dados do mesmo levantamento.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial do IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, busca atender à crescente demanda por profissionais capacitados, com conhecimentos técnicos e mercadológicos compatíveis com as complexidades de um sistema de produção, distribuição e consumo cada vez mais sofisticado. A crescente participação de grandes grupos empresariais globais no mercado rondoniense, nos diversos ramos de atuação, forma um cenário onde formas inovadoras e flexíveis de trabalho são imprescindíveis, da mesma forma nas pequenas e médias empresas, que precisam acompanhar o movimento de inserção tecnológica e o crescimento dos mercados, considerando a posição estratégica de Rondônia na região de fronteira com a Bolívia, e o movimento de seu porto logístico.

Também é imprescindível destacar que a informação e conhecimento são fatores vitais e fundamentais para o sucesso do profissional que atua na área de negócios, pois, dessa forma, é possível ao gestor analisar seus pontos fortes e fracos, além das ameaças e oportunidades do mercado, para que possa adquirir vantagem competitiva frente aos seus concorrentes, e adequar-se às forças do macroambiente em que está inserido.

De acordo com o SEBRAE, no ranking dos principais motivos de fechamento de uma empresa, segundo pesquisa realizada entre micro e pequenas empresas de todo o Brasil no ano de 2014, estão:

1º. Falta de comportamento empreendedor: a pessoa não possui características básicas de um empreendedor.

2º. Falta de planejamento prévio: abre-se a empresa sem um planejamento prévio, sem calcular riscos e criar possibilidades, antes mesmo da empresa constituir.

3º. Pouca gestão empresarial: deficiência na gestão financeira, na gestão do marketing, na forma de contratar e remunerar a equipe e na forma de produzir e administrar a empresa.

Nesse contexto, o curso visa não só o alinhamento com as capacidades produtivas, econômicas e sociais da localidade, mas sua inserção no contexto das principais necessidades apontadas para o mercado regional, ao assumir a perspectiva das micro e pequenas empresas

como objeto de estudo, focando a proposta curricular do curso nesse segmento, considerando as diversas debilidades de gestão apontadas para esse universo.

O total de vagas oferecidas em cursos de nível superior no Estado de Rondônia, em 2018, foi de 31.175 mil vagas, sendo 3.823 (12,3%) em instituições públicas, e 27.352 (87,7%) em instituições privadas (Censo da Educação Superior, 2019). Observa-se daí uma demanda existente pelo ensino superior na localidade e, considerando o perfil apresentado pelo mercado local na área varejista, observam-se grandes oportunidades para a qualificação de qualidade e a possibilidade de inserção de formandos na área de gestão comercial no mercado de trabalho.

2.3.1 Dados socioeconômicos da região

O Estado de Rondônia possui uma população estimada em 1.777.225 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), sendo o terceiro Estado mais populoso da Região Norte. Possui dimensão territorial de 237,765,240 km², segundo o IBGE (BRASIL, 2019), e faz divisa com os estados do Amazonas, do Acre e do Mato Grosso.

Em termos econômicos, conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estadual e federal, o Estado encontra-se em franco desenvolvimento. Em 2017, registrou um PIB de R\$43,51 bilhões, que representa 0,7% do PIB brasileiro; um PIB per capita de R\$24.092,81, e um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,69 (IBGE, 2010). As principais cidades do Estado são, além da capital Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena; além de ser referência econômica, administrativa e em infraestrutura para as cidades amazonenses de Humaitá e Lábrea, e Rio Branco, capital do Estado do Acre.

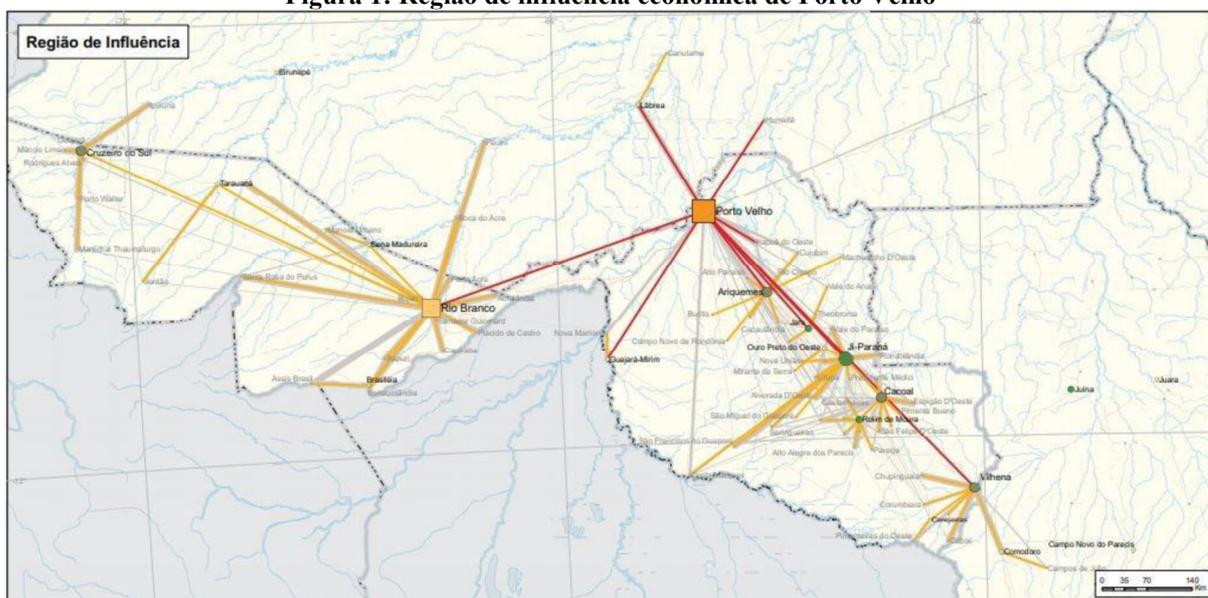
A participação dos setores da economia no Valor Adicionado Bruto de Rondônia, segundo dados do IBGE (2017), distribui-se proporcionalmente em Serviços (65%), Indústria (20%), e Agropecuária (15%). A elevada participação das atividades comerciais na composição da economia local é a principal motivação para a proposição do presente curso superior. Além do exposto, estatísticas Cadastro Central de Empresas - CEMPRE/IBGE (2017) apontam que do total de 34.262 empresas ativas em Rondônia, 16.415 (48%) têm sua atividade principal classificada como comércio.

Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia, com uma população estimada em 529.544 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019),

sendo o município mais populoso do Estado, e o quarto mais populoso da Região Norte. Localizado na Mesorregião Madeira-Guaporé, a dimensão territorial do município de Porto Velho, segundo o IBGE (BRASIL, 2018), é de 34.090,954 km², que o situa como o maior município do Estado. Faz divisa com os estados do Amazonas e do Acre, e é constituído por 13 distritos, além da sede, Porto Velho, que são: Abunã, Calama, Demarcação, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos, Vista Alegre do Abunã, Extrema, União Bandeirantes e Rio Pardo. Faz fronteira com os seguintes municípios: Machadinho d'Oeste, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Alto Paraíso, Buritis, Nova Mamoré, Lábrea/AM, Canutama/AM, Humaitá/AM, Acrelândia/AC, e o Departamento do Pando (Bolívia).

Em termos econômicos, conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estadual e federal, o Estado encontra-se em franco desenvolvimento. Em 2017, Porto Velho registrou um PIB de aproximadamente R\$16,5 bilhões, um PIB per capita de R\$31.793,20, com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,74 (IBGE, 2017). Sua influência econômica regional atinge as principais cidades do Estado (Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena), além de Itapuã do Oeste, as cidades amazonenses de Humaitá e Lábrea, e Rio Branco, capital do Estado do Acre, conforme figura 1.

Figura 1: Região de influência econômica de Porto Velho



Fonte: SIG-IBGE.

A participação dos setores da economia no Valor Adicionado Bruto de Porto Velho em 2017, segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), distribui-se proporcionalmente em Serviços (41,77%), Indústria (22,61%),

e Agropecuária (2,85%); sendo o município que detém a maior participação e concentração de serviços no Estado, e onde se verifica dentro desse setor econômico, participação da área de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (19,84%), seguida dos impostos (12,93%), destacando o comércio varejista e comércio de veículos automotores e motocicletas.

A elevada participação das atividades comerciais na composição da economia local é a principal motivação para a proposição do presente curso superior. Além do exposto, estatísticas da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam que do total de 39.653 empresas ativas em Porto Velho, 18.447 (46,52%) têm sua atividade principal classificada como comércio, e a grande maioria (cerca de 90%) dessas empresas possui faturamento enquadrado como de micro ou pequeno porte.

2.3.2 Dos dados e pirâmide populacional

Os dados populacionais de Porto Velho demonstram um crescimento anual da ordem de 3,85%, registrado entre os Censos de 2010 e a estimativa populacional para 2019. Essa taxa foi maior que a registrada no Estado (2,87% ao ano), na Região Norte (2,32% ao ano) e no Brasil (1,60% ao ano). De 2010 a 2019, a população da cidade saltou de 428.527 habitantes para 529.544 (estimativa do IBGE), sendo que, aproximadamente 18% desse quantitativo (95 mil pessoas) encontram-se na faixa etária de 15 a 24 anos, segundo a projeção populacional do IBGE (2018), público potencial para a oferta de cursos de graduação.

2.3.3 População do ensino médio regional

Os dados do Censo Escolar/INEP apontam crescimento no número total de matrículas do Ensino Médio em Porto Velho nos últimos 10 anos. Apesar dos números demonstrarem a entrada de matrículas e não haver disponibilidade de dados precisos sobre o número de estudantes que saem do ensino médio a cada ano, sabe-se que esse índice deve se manter constante nos próximos anos em virtude das taxas de natalidade e do número de matriculados também no ensino fundamental, o que abre a possibilidade de oferta de novos cursos de ensino superior, também em virtude das políticas governamentais em longo prazo que têm buscado incentivar a qualificação de profissionais neste nível de escolaridade.

Quadro 1: Número de matrículas no Ensino Médio em Porto Velho

ANO	MATRÍCULA INICIAL				TOTAL
	Ensino Regular		Educação Especial		
	Médio	EJA Médio	Médio	EJA Médio	
2010	13.692	10.270	45	6	24.013
2011	15.364	8.608	57	12	24.041
2012	15.988	8.493	87	14	24.582
2013	16.381	8.552	88	18	25.039
2014	16.145	8.576	106	42	24.869
2015	16.219	8.368	126	35	24.748
2016	15.800	8.982	150	33	24.965
2017	16.168	8.442	195	33	24.910
2018	15.789	8.258	251	49	24.347
2019	17.300	7.432	399	55	25.186

Fonte: Censo Escolar/INEP.

2.3.4 Quantidade de vagas ofertadas na educação superior da região

A Região Norte é composta por sete estados que juntos somam 18.430.980 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE (2019), divididos em 20 mesorregiões e 450 municípios. No entanto, aparece em quinto e último lugar entre as regiões em número de alunos matriculados em cursos presenciais no ensino superior, com 469,8 mil (7,3% do total), sendo 190,1 mil matrículas (40%) em instituições públicas, e 279,6 mil (60%) em instituições privadas (INEP, 2018). O Estado de Rondônia registrou 50.517 mil matrículas no ensino superior, em cursos presenciais, sendo 11.836 (24%) em instituições públicas, e 38.681 (76%) em instituições privadas. Na modalidade de educação à distância, houve 27.665 mil matrículas em cursos de nível superior, sendo 546 (2%) em instituições públicas, e 27.119 (98%) em instituições privadas. O Estado conta com 147 polos para oferecimento de cursos de nível superior na modalidade EAD, sendo 15 (10,2%) públicos, e 132 (89,8%) privados.

De acordo com o INEP (2018), 236 instituições de ensino superior oferecem o CST em Gestão Comercial em todo Brasil, na modalidade presencial e EAD; sendo 217 privadas (92%), e 19 públicas (8%). Em Rondônia, 19 instituições oferecem o curso, sendo 18 privadas (95%), e apenas uma pública (5%).

Quadro 2: Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem o CST em Gestão Comercial.

LOCAL	IES		
	Total	Pública	Privada
BRASIL	236	19	217
RONDÔNIA	19	01	18

Fonte: INEP 2018.

Ainda segundo o INEP (2018), 185.824 vagas do CST em Gestão Comercial foram oferecidas em todo Brasil, nas modalidades presencial e EAD; sendo 183.288 pelas instituições privadas (98,5%), e 2.536 pelas públicas (1,5%). Em Rondônia, foram oferecidas 388 vagas, sendo 348 pelas instituições privadas (90%), e 40 pelas públicas (10%). Para estas vagas, houve 93.231 candidatos inscritos em todo Brasil, sendo 87.716 em instituições privadas (95%), e 5.515 nas públicas (5%). Em Rondônia, foram 737 inscritos, sendo apenas 56 em instituições privadas (7,5%), e 681 nas públicas (92,5%).

Quadro 3: Vagas oferecidas e nº de inscritos no CST em Gestão Comercial.

LOCAL	VAGAS OFERECIDAS			INSCRITOS		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
BRASIL	185.824	2.536	183.288	93.231	5.515	87.716
RONDÔNIA	388	40	348	737	681	56

Fonte: INEP 2018.

Nestes CSTs em Gestão Comercial, houve 50.292 matrículas em todo Brasil, sendo 46.280 em instituições privadas (92%), e 4.012 nas públicas (8%). Destes, houve 38.563 ingressos, sendo 37.420 em instituições privadas (97%), e 1.143 nas públicas (3%); e 7.700 concluintes, sendo 7.296 nas instituições privadas (95%), e 404 nas públicas (5%). Em Rondônia, houve 315 matrículas, sendo 256 em instituições privadas (81%), e 59 nas públicas (19%). Destes, houve 257 ingressos, sendo 221 em instituições privadas (86%), e 36 nas públicas (14%); e 43 concluintes, sendo todos nas instituições privadas (INEP, 2018).

Quadro 4: Nº de matriculados, de ingressos e de concluintes no CST em Gestão Comercial.

LOCAL	MATRICULADOS			INGRESSOS			CONCLUINTES		
	Total	Púb	Priv	Total	Púb	Priv	Total	Púb	Priv
BRASIL	50.292	4.012	46.280	38.563	1.143	37.420	7.700	404	7.296
RONDÔNIA	315	59	256	257	36	221	43	0	43

Fonte: INEP 2018.

2.3.5 Taxas bruta e líquida de matriculados na educação superior

De acordo com o Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2018), a Taxa Bruta de matriculados no ensino superior no ano de 2018 foi de 37,4%, que significa a porcentagem de estudantes da educação superior em relação a população entre 18 e 24 anos. A taxa líquida, que se refere à porcentagem de jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, foi de 21,7%.

Segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil, pesquisa desenvolvida pela Assessoria Econômica do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior – SEMESP, nos últimos 17 anos, o número de matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas no Brasil

crece vertiginosamente. Mesmo com uma taxa de escolarização líquida de apenas 21,7%, considerada baixa, o número de matrículas no ensino superior registrou crescimento de 3,0% entre 2016 e 2017, aumentando de 8,05 milhões em 2016, para 8,29 milhões em 2017. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 17,7% no número de matrículas na modalidade EAD, e 0,4% na presencial. As matrículas na modalidade EAD cresceram de 1,49 milhões em 2016, para 1,76 milhões em 2017, com acréscimo de alunos tanto nas rede privada, de 16%, quanto na pública, de 36,9% (SEMESP, 2019).

Segundo o Censo da Educação Superior do INEP (2018), o número de matrículas nos cursos de graduação, na modalidade presencial e EAD, das pessoas com menos de 18 até 24 anos, foi de 4.346.923 no Brasil, 331.476 na região norte (7,6%), e 36.578 no Estado de Rondônia (11% da região norte); sendo 6.061 na rede pública (16,6%), e 30.517 na privada (83,4%).

Em Rondônia, a Mesorregião Madeira-Guaporé contabilizou, em 2017, 25.848 matrículas no ensino superior modalidade presencial (50,8% do Estado), sendo 6.235 (25%) na rede pública, e 19.613 (75%) na privada. Na modalidade EAD, foram registradas 9.074 matrículas no ensino superior (35,3% do Estado), sendo 8.902 (98%) na rede privada, e 172 (2%) na pública (SEMESP, 2019).

O Mapa mostra também que, em 2015, 18,5% dos 49 milhões de trabalhadores brasileiros empregados com carteira assinada têm nível superior completo, e que o maior contingente desses trabalhadores, 45,2%, tem formação apenas no ensino médio. Nesse mesmo ritmo, Rondônia contabilizou entre sua população economicamente ativa, 54 mil trabalhadores empregados com carteira assinada (14,7% do total) com nível superior completo, ante o maior contingente de trabalhadores com carteira assinada, formado por pessoas com apenas ensino médio completo: 193 mil, ou 52,4% do total (SEMESP, 2015).

O Estado teve, segundo o levantamento, uma taxa líquida de escolarização de 17,4%, menor que aquela estimada pelo PNE, que foi de 33%, como estipulado em sua Meta 12: — Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. No município, essa taxa foi de 19%, um pouco melhor; porém, ambas distantes da TLE registrada na região Norte, que foi de 27,2%, melhor que a média brasileira, de 20,2% (INEP, 2018).

Em virtude também do crescimento acelerado do Estado de Rondônia e em decorrência dos indicadores populacionais e educacionais, faz-se necessária a implantação do presente curso para atender à demanda atual e futura por um profissional que seja preparado à

luz das teorias contemporâneas, sem perder de vista as raízes históricas que as embasaram. Considerando, portanto, as grandes possibilidades de desenvolvimento econômico e social da área de inserção do *campus* no contexto da localidade onde atua, a ampliação das possibilidades de formação de tecnólogos por meio deste curso, torna-se uma tarefa importante para a região.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, seguindo as orientações regulamentares, preza pelo atendimento dos objetivos propostos pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, ao justificar sua implantação a partir da análise de dados estatísticos sobre o contexto sócio demográfico e econômico da sua localidade de funcionamento, que apontam a importância econômica da cidade de Porto Velho para a região, o comércio como uma das principais atividades econômicas, com destaque para o comércio varejista, sua população majoritariamente jovem, a maioria de sua população economicamente ativa sem formação superior e a carência de oferta de vagas de educação superior pelo setor público. O foco do curso na gestão de micro e pequenas empresas visa também atender a algumas das necessidades específicas de formação apontadas para essa região.

Quanto ao objeto do foco de estudo, a importância socioeconômica das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional e nacional está comprovada em diversos estudos e pesquisas. Segundo dados do IBGE (2010), as MPEs representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, são responsáveis por 60% dos empregos gerados no país e constituem 99% dos estabelecimentos formais existentes no Brasil. Segundo o Sebrae (2014):

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

No Estado de Rondônia, segundo os dados do Cadastro Central de Empresas/CEMPRE (IBGE, 2017), de 2015 a 2017 houve aumento 34.251 para 34.362 unidades locais de comércio (0,3%). Já a quantidade de pessoal ocupado no comércio reduziu de 381.558 pessoas, em 2015, para 363.703 em 2016, (-4,7%); porém, em 2017, foram registradas 371.595 pessoas ocupadas no comércio, um aumento de 2,2% quando comparado a 2016. Estes dados indicam que algumas pessoa que perderam seus empregos estão empreendendo, necessitando então de subsídio técnico científico para gerir seus negócios.

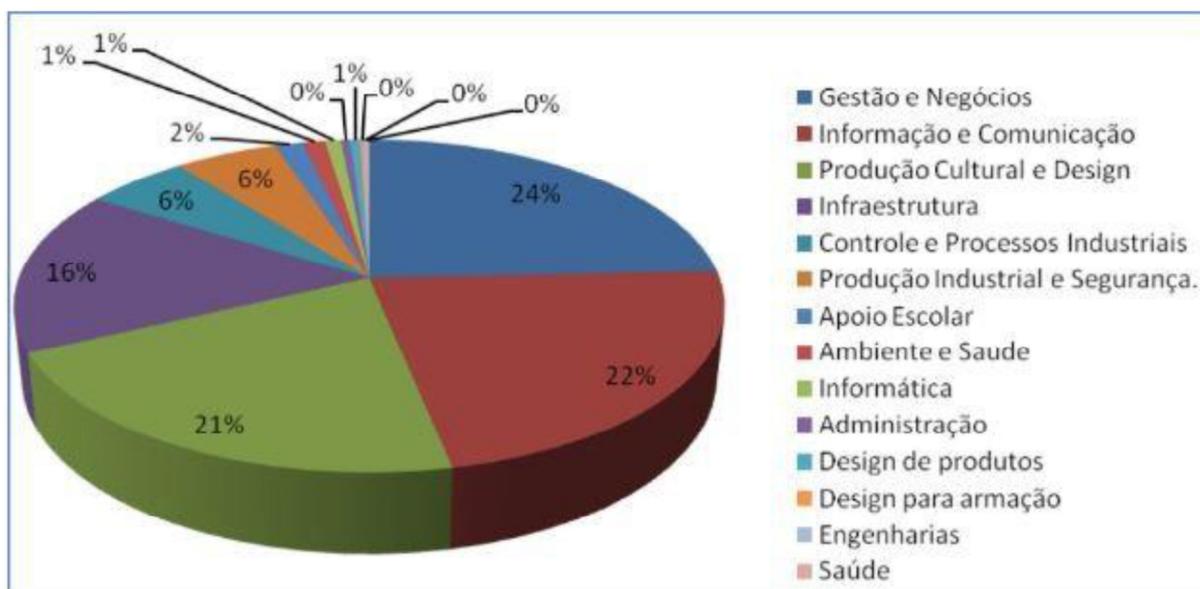
Assim, o CST de Gestão Comercial já se consolidou no *Campus* Porto Velho Zona Norte no eixo de Gestão e Negócios, que também já atua na oferta do CST em Gestão

Pública, atendendo os dois principais setores econômicos da região de Porto Velho (administração pública e comércio varejista), além de permitir o aproveitamento de sua estrutura física e de pessoal (técnicos e docentes), dada às proximidades no perfil de formação exigidos para atuação em ambos os cursos.

2.3.6 Pesquisa de demanda

A Pesquisa de Atividade Econômica Regional (PAER) realizada em 2012 pelo IFRO/*Campus* Porto Velho Zona Norte evidenciou a maior opção por cursos inseridos no eixo tecnológico Gestão e Negócios, seguido de Informação e Comunicação e Produção Cultural e Design, conforme pode ser visto na figura 2.

Figura 2: Demanda de interessados por cursos superiores de tecnologia em Porto Velho



Fonte: Relatório PAER/IFRO, 2012

O *Campus* Porto Velho Zona Norte já oferta cursos dos dois principais eixos identificados (Gestão e Negócios e Informação e Comunicação) e, seguindo análise do contexto socioeconômico e populacional demonstrado nos tópicos acima, realizou pesquisa de levantamento de demanda no ano de 2015 entre alunos regularmente matriculados no ensino médio e empresários de diversos setores empresariais, que aponta para uma maior tendência na opção por cursos de tecnologia, dado o tempo reduzido de formação e seu caráter mais prático, em que aparece o CST em Gestão Comercial como a primeira opção de escolha.

2.4 PÚBLICO-ALVO

O Projeto tem como alvo pessoas que não possuem formação de nível superior ou formação específica em sua área de atuação, além daqueles que têm interesse em atuar no comércio como um todo e almejam desenvolvimento em sua carreira profissional.

2.4.1 Formas de ingresso

O ingresso de alunos no curso atenderá o que está disposto na Lei nº 12.711/12, que trata das novas condições de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ocorrerá por meio de uma das seguintes condições: a) através do Sistema de Seleção Unificada (SISU); b) opcionalmente após aprovação dos candidatos em processo seletivo regulado por edital específico do IFRO; c) opcionalmente com o uso de reserva de vagas para aprovados no ENEM; d) ou, ainda, mediante apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino, também pública, que ofereça educação profissional, científica e tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, ou para portador de diploma conforme estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, sob autorização da Reitoria.

2.5 DOS OBJETIVOS

2.5.1 Objetivo geral

Formar profissionais que possam contribuir para a inovação e melhoria de processos nas organizações, antecipando-se aos problemas, resolvendo-os e assim poder minimizar custos e maximizar benefícios da atividade econômica empresarial, dentro da perspectiva ética e sustentável dos negócios.

2.5.2 Objetivos específicos

- Preparar profissionais com conhecimentos necessários à gestão comercial, que criem valor para o cliente e para as organizações;
- Desenvolver competências e técnicas gerenciais, proporcionando ao estudante visão ampla, sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções aos problemas organizacionais;
- Proporcionar o desenvolvimento do senso crítico em relação às questões ambientais, sociais e econômicas, e que promovam o desenvolvimento regional;

- Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora, inovação e atualização nos processos de comunicação e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's);
- Prover aos acadêmicos os conhecimentos ético, legal e moral que regem as organizações de forma geral;

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia prioriza a formação de profissionais que:

- Constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos, na busca de novos conhecimentos.
- Ter como características indispensáveis a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança.

Portanto e de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial estará apto a atuar no mercado de trabalho profissional e deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- Articular e decidir sobre as vendas em negócios diversos;
- Realizar estudos de viabilidade econômica, financeira e tributária;
- Elaborar análises comerciais considerando as demandas e oportunidades do mercado;
- Planejar pesquisas de mercado;
- Desenvolver relacionamentos pós-venda com clientes;
- Gerenciar sistemas de informações comerciais;
- Definir métodos de formação de preços, considerando aspectos tributários, de custos, da concorrência e do valor para o cliente;

- Gerenciar a área comercial de uma organização;
- Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

2.6.1 Áreas de atuação

Como eventuais campos de ação profissional, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Gestor Comercial estará apto a atuar em:

- Empresas de beneficiamento de bens de consumo e industriais;
- Empresas de comercialização de insumos;
- Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria;
- Empresas prestadoras de serviços de consumo final;
- Empresas varejistas, atacadistas e de representação comercial;
- Institutos e Centros de Pesquisa;
- Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A formação educativa está pautada em um processo que contemple:

- A promoção de agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho e a discussão dos princípios e tecnologias concernentes àquela;
- A utilização de metodologias didáticas ativas para desenvolver a postura crítica, ética, solidária e criativa dos alunos;
- A implementação de tecnologias articuladas com os diversos saberes de natureza teórico-prática;
- A oportunidade de reflexão sobre o conjunto da diversidade da sociedade brasileira atual;
- As propostas pedagógicas dos cursos construídas na perspectiva da interação disciplinar e interdisciplinar;
- Um currículo que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares (PDI 2018-2020, p. 61)

A educação inspirar-se-á, conforme o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Assim, a proposta metodológica buscará sempre promover liberdade de pensamento, a reflexão crítica e a solidariedade, atrelada a ação responsável que prepara para a cidadania e para atuar no mundo do trabalho, tendo em vista peculiaridades das necessidades e potencialidades locais.

Ainda com base nos princípios estabelecidos na LDB, art. 3º, inciso I, X e XI, e articulado ao art. 80 do mesmo dispositivo legal, primando por possibilitar a igualdade de condições de acesso, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais, a oferta deste curso busca-se ampliar as oportunidades educacionais, por meio do incremento da experiência prática com a formação e qualificação profissional na oferta do Curso de Gestão Comercial.

Nesse sentido, se coaduna com os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, assumindo o trabalho como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; a integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico e a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem.

As metodologias propostas no Curso visam a formação do profissional e do cidadão contemplando os 4 pilares da educação do século XXI: o aprender a aprender, que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer (DELORS, 2010).

O processo de ensino aprendizagem deve abarcar a pluralidade de metodologias tendo à interdisciplinaridade, a transversalidade e a contextualização como princípios fundamentais. Na visão de educação interdisciplinar, transversal e contextualizada a formação tecnológica deve ir além de integrar disciplinas (FRIGOTTO, 2010) e promover uma reflexão da atuação profissional, possibilitando aos sujeitos a compreensão das relações sociais de produção, não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir. (BLAUTH, 2015), ou seja, uma formação integral. No ensino contextualizado os conhecimentos são absorvidos com facilidade (MORIN, 2000) e apropriados concretamente, permitindo ao aluno analisar e interpretar as infundáveis questões e problemas da realidade (FRIGOTTO, 2010). Nessa perspectiva as metodologias devem possibilitar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Ausubel et al. (1980), na construção de um conhecimento significativo, a valorização dos conhecimentos prévios já internalizados pelos sujeitos é essencial. Segundo ele, o educando aprende a partir do conhecimento pré-existente. Tendo a linguagem como facilitadora da aprendizagem significativa, compreendendo que os educandos tecnólogos têm uma maturidade cognitiva com grande capacidade de abstração das ideias, porém na construção de um novo conhecimento (conteúdo, disciplina) devem ser apoiados em exemplos e relações concretas da realidade do sujeito, buscando assim promover a aquisição e retenção dos conhecimentos significativos (AUSUBEL, 2003).

Assim, a concepção de ser humano se baseia no ser crítico e participativo, sujeito da história, consciente de seu inacabamento e que a educação é forma de emancipação e transformação social (FREIRE, 2018). Já a construção do conhecimento se materializa na interação com o outro, com o objeto, com o espaço, com o ambiente (VIGOSTKI, 2007) e com as conexões (SIEMENS, 2005; DOWNES, 2007) sendo as tecnologias da informação e comunicação mediadores e instrumentos de aprendizagem.

Destarte, as dimensões da formação profissional em Gestão Comercial, consideram o trabalho como princípio educativo, a formação dialética (FRIGOTTO, 2010) que possibilita diversas relações entre teoria e prática durante todo seu percurso formativo. A prática metodológica pautar-se-á nos princípios do protagonismo, da produção colaborativa (BEHAR, 2009), da aprendizagem significativa e das metodologias ativas (FILATRO, 2018; MORAN; VALENTE, 2011). Assim, a metodologia propiciada pelo curso deverá fomentar a reflexão da realidade, discutir e sistematizar essas experiências estabelecendo diálogos permanentes entre o espaço de sua atuação profissional e os conhecimentos (re)significados a partir dos componente curriculares do Curso de Gestão Comercial.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso

A principal estratégia de ensino a ser operacionalizada como metodologia de execução do curso consiste nos projetos interdisciplinares: sendo que as disciplinas dos semestres podem ser organizadas com a perspectiva da realização de atividades interdisciplinares envolvendo os componentes em sequência didática ou projeto interdisciplinar/integrador, inclusive quanto a execução de carga-horária prática e de extensão, quando houver, o projeto de intervenção, os seminários curriculares.

Nesse sentido o projeto interdisciplinar e a articulação com a proposta de intervenção pautada na perspectiva de ação-reflexão-ação também vai se orientar para o uso de

metodologias ativas. Segundo Moran (2015), a sociedade vive um momento diferenciado na forma de ensinar e aprender. A sociedade do conhecimento é baseada em competências cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional, pois demandam proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora. Para tanto, é necessário mudar o currículo, a participação dos professores, organização das atividades didáticas e reconfiguração da noção de tempo e espaço.

As metodologias ativas são estratégias para favorecer aprendizagens significativas na sociedade do conhecimento, pois tem o objetivo de formar pessoas reflexivas, com pensamento crítico, autônomas, com habilidades para resolver problemas e autogerenciar sua aprendizagem.

Dentre outras possíveis estratégias a serem executadas visando o melhor aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem, pode-se citar:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem: espaço destinado ao aluno para acesso aos materiais didáticos dos componentes, interação com colegas e professores. Deverá contar com um roteiro de navegação (algumas direções do que está disponível na plataforma), para que o aluno possa, não só conhecer, mas explorar as ferramentas e recursos disponíveis para dar apoio à sua jornada em busca do conhecimento;
- Plano de estudos: cada componente curricular deverá disponibilizar uma agenda com as atividades para os alunos, ajudando na organização deles e facilitando o ciclo de aprendizagem;
- Material didático: sejam e-books, vídeos online, apostilas, artigos científicos, livros ou quaisquer outros materiais para apoiar o ensino. Deverão ser disponibilizados antecipadamente para permitir a exploração do material para tirar dúvidas posteriores;
- Webaula: aula de curta duração, gravada, disponibilizada via internet, a qual o aluno poderá assistir no seu tempo e a partir de seu próprio computador, buscando assim aprimorar seu conhecimento sobre a temática;
- Estudos à Distância e atividades não presenciais: os estudos à distância estarão apoiados em atividades complementares para o aprofundamento em materiais de apoio, sendo que uma parcela da carga horária pode ser realizada por atividades não presenciais conforme regulamentação do ROA. As atividades práticas poderão ser realizadas por meios digitais, tais como os Workshops virtuais da Escola de Negócios do Curso;

- Avaliações: serão obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso e compreende avaliação presencial em cada disciplina da grade do curso, sendo que estas poderão ser realizadas durante todo o processo formativo (avaliação diagnóstica, recursiva, formativa e somativa);
- Excursões, visita técnica e prática de campo: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviços relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;
- Atividade de pesquisa: atividade complementar orientada por professor, a partir de projeto de pesquisa, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica;
- Projetos Interdisciplinares: O projeto interdisciplinar/ou sequência didática evidenciará a organização articulada da teoria e atividades práticas a se realizarem nas articulações por disciplina a partir de um tema gerador no locus profissional;
- Projeto Integrador de Intervenção: O projeto se orienta para a construção de ação-reflexão-ação com vistas à intervenção. A proposta para o Projeto Integrador prevê um momento de reflexão da prática e da realidade do mercado de trabalho com a elaboração de uma proposta de intervenção e melhoria da prática observada pelo acadêmico e prevê a integração de todas as outras. Esse processo permitirá que o cursista conheça as bases epistemológicas, as categorias teóricas e fundamentos, ao mesmo tempo em que atua reflexivamente na concepção de estratégias de intervenção por meio da elaboração e execução de projetos que contemplem as áreas do conhecimento abordadas no curso e uma abordagem ativa, bem como a prática de ensino e a apresentação dos resultados. É importante frisar que o Projeto Integrador abrange o tripé de sustentação institucional da atuação docente no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico que se constitui do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Seminários Integradores: Os seminários curriculares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e das habilidades necessários à formação do estudante.

O aluno deve assistir às aulas e cumprir as atividades de cada componente curricular. O não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas,

posteriormente realizar as avaliações presenciais e a defesa de TCC, que são obrigatórias. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico.

3.1.2 Transversalidade no currículo

Para falar de transversalidade no currículo é importante antes falar de temas transversais com perspectiva para aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Diversidade, o trabalho e o consumo são alguns dos temas que devem ser incorporados ao currículo de um curso.

Nem todos os temas acima mencionados puderam ser incorporados de forma transversal nas disciplinas do curso em questão. Neste caso, o CST em Gestão Comercial optou por incluir os temas a exemplo de Educação Ambiental; Direitos Humanos e Diversidade; Culturas Africanas e Indígenas, Cultura musical e sua História, trabalho e consumo. Estas temáticas serão trabalhadas em várias disciplinas, conforme possibilidades no quadro a seguir:

Quadro 5: Temas Transversais e as Possibilidades de Abordagens

Componente Curricular	Temas Transversais
Multiculturalismo e Direitos Humanos	Direitos Humanos e Diversidade
Língua Brasileira de Sinais	Pluralidade Cultural
Inclusão Social e Digital	Ética; Pluralidade Cultural
Qualidade de vida no trabalho	Saúde; Trabalho e Consumo
Culturas Regionais e Sociedades	Pluralidade cultural; Relações Étnico-Raciais; Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena;
Arte e Cultura Musical Brasileira	Pluralidade cultural; Ensino de História e Arte Musical.

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Os demais temas de importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos que poderão ser aproveitados para integrar atividades acadêmicas complementares a serem integralizadas ao longo do curso.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início, e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores, coordenação de curso e equipe pedagógica multidisciplinar deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando esses apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

- Organizar projetos interdisciplinares e sequências didáticas;
- Desenvolver seminários curriculares e integradores;
- Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;
- Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores e equipe de apoio pedagógico;
- Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- Promover as reuniões de Colegiado de Curso e demais representantes do ensino, bem como fazer os planejamentos necessários, fazer levantamentos, manter estatísticas atualizadas e ter sob controle dados acadêmicos e curriculares, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
- Promover reuniões periódicas com docentes e pessoal de apoio, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos no curso;
- Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
- Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;

- Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
- Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular

A flexibilidade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial será desenvolvida através de diversas estratégias tais como ausência de pré-requisitos para o cumprimento de componentes curriculares, realização de projetos integradores, visitas técnicas, disciplinas optativas, mobilidade estudantil, atividades não presenciais, atividades acadêmicas científico-culturais, etc. (PDI-2018-2022), bem como por meio da integralização de 160 horas de atividades complementares que poderão agregar novos e necessários conhecimentos ao aluno.

Além disso, a flexibilidade curricular do curso, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção, admitirá, ainda, matrícula de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial em outros cursos do IFRO para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção, por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil ou em disciplinas que o educando tenha interesse e estejam devidamente alinhadas ao perfil do egresso, aproveitando-se os créditos como carga horária de disciplinas optativas, desde que os casos sejam admitidos pela Diretoria de Ensino, instruídos pela Coordenação do Curso e nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais

O desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados durante o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial poderá utilizar metodologia à distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA, até o limite máximo de 20% da carga horária do componente, observando os percentuais definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO (ROA) e alterações.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio do qual serão viabilizados os estudos e atividades à distância, deverá compor materiais didático-pedagógicos, ferramentas

assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais e o acompanhamento do professor, a quem caberá planejar e registrar a utilização das atividades não presenciais no plano de ensino e no diário da disciplina e acompanhar efetivamente as atividades desenvolvidas pelos alunos durante o período programado.

3.1.6 Curricularização da extensão

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial optou por curricularizar 10% de sua carga-horária destinada à Extensão, com base legal na Resolução CNE/CES 07/2018, e ainda no documento Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/CONIF, bem como no Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (RESOLUÇÃO Nº 8/REIT/CONSUP/IFRO/2019) e suas atualizações ou supervenientes. A curricularização da extensão tem a finalidade de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica no respectivo curso; desenvolver uma relação interativa entre professores, servidores técnicos administrativos e acadêmicos no desenvolvimento das atividades de extensão; atender a comunidade externa como processo de aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental; indução do desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs); e preparar os acadêmicos para sua atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e seu perfil de formação.

Para os 4 semestres serão destinadas cargas-horárias às disciplinas para que juntas ou individualmente possam desenvolver, no decorrer de cada período letivo, projetos integradores e ações de extensão junto à comunidade. Para constar, este projeto orienta que as ações sejam integradas e interdisciplinares, à medida do possível e considerando a temática de cada projeto.

Serão organizadas ações para o desenvolvimento do deste tópico, entre os quais se podem considerar:

1. Práticas de extensão no âmbito de disciplinas do curso, como oficinas, workshops, minicursos, cursos de extensão, cursos de formação inicial e/ou continuada, dentre outras;

2. Práticas de extensão por meio de componentes específicos de extensão na matriz curricular, que não se confundem com disciplinas nem com estágios, exceto as preparatórias de extensão;
3. Programas, projetos ou atividades de extensão envolvendo os acadêmicos;
4. Eventos, como seminários, workshops, fóruns, encontros, feiras, dias de campo, semanas temáticas, dentre outros;
5. Atividades esportivas;
6. Atividades artísticas, como concursos, exposições;
7. Prestação de serviços, como campanhas, análises laboratoriais, assessorias, dentre outras, além de visitas técnicas ou gerenciais que envolvam orientações ao setor visitado e/ou resultem na aplicação de soluções para a comunidade externa;
8. Outras atividades, conforme o Regulamento de Extensão do IFRO.

3.1.7 Outras atividades previstas para o curso

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

São promovidos eventos Culturais, Sociais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos. Estes compreendem ações com a participação da comunidade externa e interna. São estimulados ainda a realizar atividade como: Visitas Técnicas; Visitas Gerenciais; Relações Interinstitucionais; etc.

O principal evento de divulgação científica e integração entre servidores e alunos do IFRO é o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONPEX) do IFRO, em que são ofertadas palestras, minicursos, oficinas, apresentação de trabalhos na forma oral e em painéis, entre outras atividades.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

O *Campus* proporcionará uma visão moderna de capacitação profissional de forma diversificada para as necessidades atuais do mercado, proporcionando aos futuros gestores comerciais contribuir para a gestão e o crescimento das organizações brasileiras.

Os componentes curriculares do curso foram organizados em cinco dimensões, a saber: 1) componentes de formação básica; 2) componentes de formação complementar; 3) componentes de formação tecnológica; 4) componentes de formação humanística; e 5)

componentes de formação suplementar. Apesar dessa divisão, os componentes foram organizados de forma sequencial, progressiva e dialógica.

Na dimensão dos componentes de formação básica, as disciplinas e conteúdos a serem trabalhados comporão o alicerce acadêmico do aluno ingressante, preparando-o para o contato com os conceitos mais profundos e de preparação profissional, humanística e complementar.

Na dimensão dos componentes de formação complementar, as disciplinas e conteúdos ministrados comporão conhecimentos alicerçados na dimensão de formação básica a fim de ampliar e de aprofundar a base científica e os fundamentos acadêmicos do aluno.

Na dimensão dos componentes de formação tecnológica, as disciplinas e os conteúdos darão o direcionamento acadêmico do curso, cuja meta principal é a formação tecnológica e a preparação do futuro egresso. Os fundamentos das disciplinas que compreendem esta dimensão devem dialogar de forma transversal, multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar com os conhecimentos preconizados nas disciplinas das dimensões de formação básica, complementar, humanística e suplementar, através de suas ementas e de projetos de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Na dimensão dos componentes de formação humanística, as disciplinas deverão humanizar a relação homem-máquina-homem. O discente do curso deve ter preparação tecnológica e humanística a fim de se preparar para um exercício profissional que prime pela isonomia e pelo máximo respeito à dignidade da pessoa humana, tratando todos com igualdade de condições.

Na dimensão dos componentes de formação suplementar, o aluno fará Trabalho de Conclusão de Curso, com o devido suporte necessário que o tornará hábil para a confecção de produtos visando tornar a vida mais confortável e as organizações mais dinâmicas e tecnologicamente mais acessíveis, física e virtualmente, além de ter a opção de vivência em projetos de atividades complementares e opção de realização de Estágio Supervisionado como possível vitrine e caminho para o futuro mercado de trabalho.

A interdisciplinaridade dar-se-á diretamente por intermédio das disciplinas ofertadas semestralmente, englobando todas as disciplinas ou parte delas através de projetos integradores que serão elaborados pela equipe de professores e encaminhados à Diretoria de Ensino para institucionalização. Englobando os conteúdos abordados no semestre, podendo a critério dos professores participantes ser utilizado como avaliação parcial das disciplinas ofertadas no semestre.

Em face ao exposto, considera-se que este PPC tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

Buscando estabelecer associações conceituais e metodológicas, o conjunto de disciplinas que compõem as unidades curriculares é articulado de forma a demonstrar o sequenciamento delas, explicitando a interdisciplinaridade necessária à formação plena do profissional de Tecnologia em Gestão Comercial. A estrutura curricular tem então a seguinte distribuição:

Quadro 6: Estrutura Curricular

COMPONENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA
Comunicação e Linguagem Educação Empreendedora Informática Aplicada Matemática Básica e Aplicada Teoria das Organizações
COMPONENTES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR
Desenvolvimento Regional Direito I Direito II Economia e Mercado Introdução à Contabilidade Matemática Financeira
COMPONENTES DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA
Contabilidade Gerencial Gestão da Qualidade Gestão de Inovação e Sustentabilidade Empresarial Gestão de Micro e Pequenas Empresas Gestão Estratégica de Marketing Gestão Estratégica de Pessoas Gestão Estratégica da Produção e Logística Metodologias da Pesquisa e Inovação Científico-Tecnológica
COMPONENTES DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA
Arte e Cultura Musical Brasileira Culturas Regionais e Sociedades Economia Brasileira Ética nas Relações Comerciais Fundamentos do Trabalho Gestão de Inovações Tecnológicas Inclusão Social e Digital Inglês Instrumental Licitações e Contratos Língua Brasileira de Sinais Multiculturalismo e Direitos Humanos Qualidade de Vida no Trabalho

COMPONENTES DE FORMAÇÃO SUPLEMENTAR

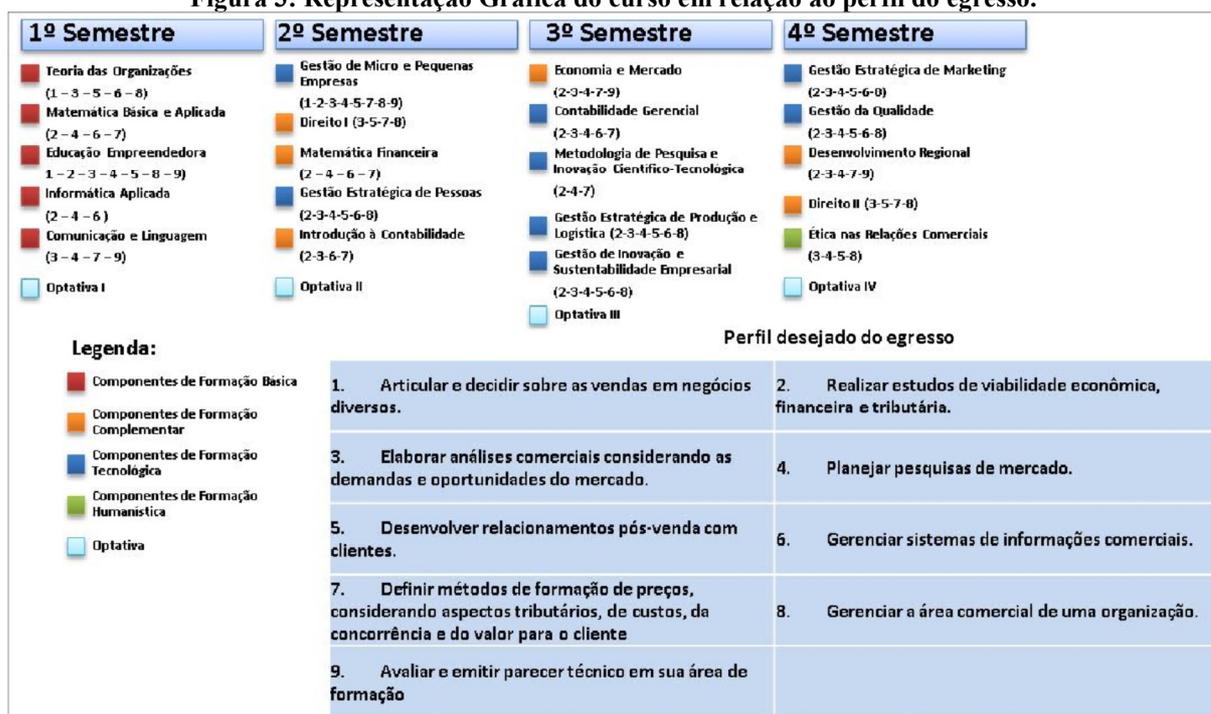
Atividades Complementares
Prática profissional supervisionada;
Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas para a integralização do curso pelo aluno no tempo definido neste Projeto Pedagógico. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender a formação do perfil do profissional egresso.

Figura 3: Representação Gráfica do curso em relação ao perfil do egresso.

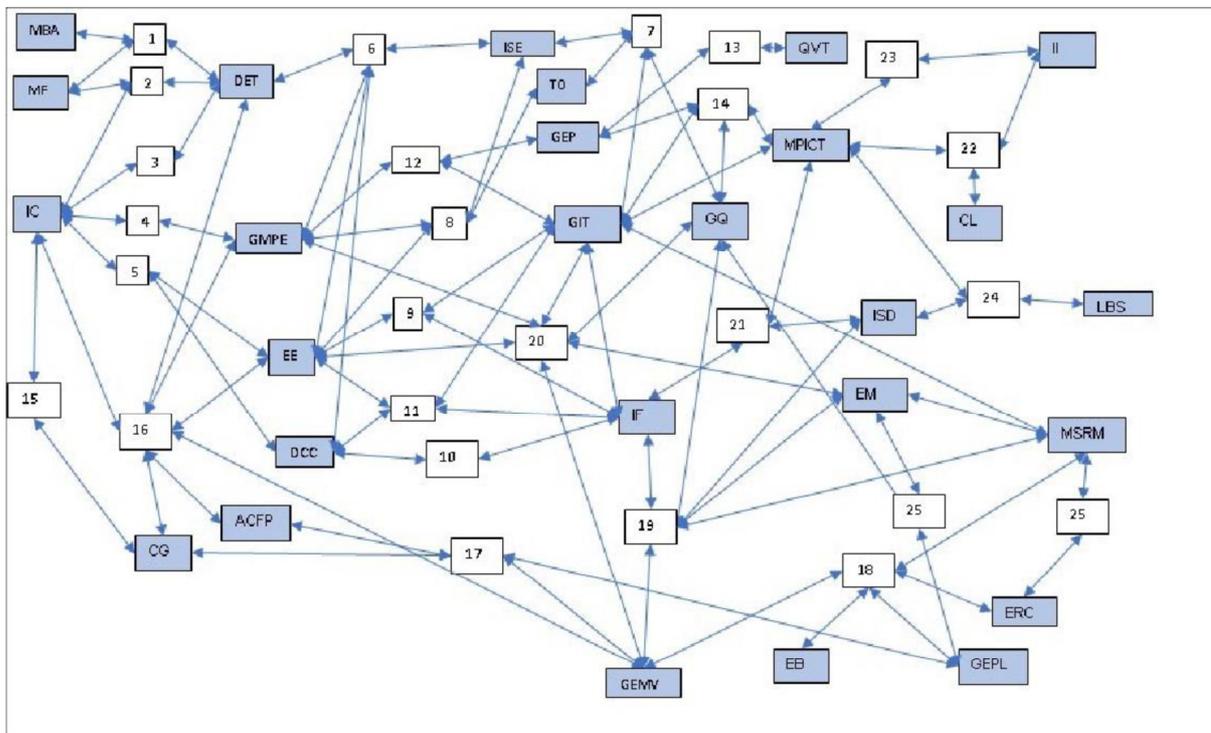


Fonte: *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento

da carga horária semestral. A articulação entre os componentes curriculares do CST em Gestão Comercial é demonstrada na figura 4, pelo código de cada componente.

Figura 4: Rede de Articulação entre as disciplinas componentes do curso.



Fonte: *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

Os conteúdos curriculares buscam desenvolver a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho do Gestor Comercial e pelo desenvolvimento tecnológico. Para tanto, é incentivada a proposição e realização de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva extensionista, histórica, cultural, política, ideológica, tecnológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas efetivas, elementos mantenedores, transformadores e geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortaleçam ou enfraqueçam identidades, reproduzam ou criem novas relações de poder fazendo das tecnologias e da informação os melhores caminhos para a sublimação do homem.

3.2.1 Da matriz curricular do curso

A composição efetiva do currículo pleno do curso oferece a possibilidade de oferta de um total de 31 disciplinas, sendo 11 delas optativas, de livre opção do aluno, devendo o aluno cursar obrigatoriamente 24 disciplinas, distribuídas em 4 semestres, além do núcleo

suplementar composto por AAC, PPS e TCC, totalizando 1900 horas obrigatórias, respeitando a carga horária estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. A realização de Atividades Complementares e Estágio Supervisionado deverão ter sua carga horária acrescida à carga horária mínima, quando de sua realização, assim como a carga horária do TCC, seguindo as normativas vigentes do Conselho Nacional de Educação.

As horas de extensão estão integradas a Matriz Curricular distribuída entre os componentes e sua operacionalização se dá de modo preponderante por meio dos Projetos Integradores de Extensão e Projetos Integradores de Intervenção como previsto no item das Estratégias de Ensino. Durante a oferta das disciplinas e módulos o plano de ensino ou projeto por componente ou conjunto de componentes curriculares apresentará a descrição e o delineamento metodológico das atividades respectivas que forem previstas e sua execução.

Além destas, compõe as atividades práticas de extensão no âmbito das disciplinas do curso, como oficinas, workshops, minicursos, cursos de extensão, cursos de formação inicial e/ou continuada, dentre outras possibilidades previstas nos regulamentos próprios da Curricularização da Extensão e demais normativos correlacionados.

Quadro 7: Matriz Curricular

Hora-relógio: 50 minutos									
Semestre	Disciplinas	Código da disciplina	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão*	CH à Distância*	CH total hora-aula	CH total hora-relógio
1º	Teoria das organizações	TO	4	80	-	8	16	80	66,66
	Matemática básica e aplicada	MBA	4	80	-	8	16	80	66,66
	Educação empreendedora	EE	4	60	20	8	16	80	66,66
	Informática aplicada	IF	4	38	42	8	16	80	66,66
	Comunicação e linguagem	CL	4	80	-	8	16	80	66,66
	Optativa I	-	2	40	-	4	8	40	33,33
	Subtotal I			22	378	62	44	88	440
2º	Gestão de micro e pequenas empresas	GMP E	4	60	20	8	16	80	66,66
	Direito I	DIR-I	4	80	-	8	16	80	66,66
	Matemática financeira	MF	4	80	-	8	16	80	66,66
	Gestão estratégica de pessoas	GEP	4	60	20	8	16	80	66,66
	Introdução à contabilidade	IC	4	48	32	8	16	80	66,66
	Optativa II	-	2	40	-	4	8	40	33,33
	Subtotal II			22	368	72	44	88	440

3°	Economia e mercado	EM	4	80	-	8	16	80	66,66
	Contabilidade gerencial	CG	4	48	32	8	16	80	66,66
	Metodologias da pesquisa e inovação científico-tecnológica	MPIC T	4	48	32	8	16	80	66,66
	Gestão estratégica da produção e logística	GEP L	4	68	12	8	16	80	66,66
	Gestão de inovação e sustentabilidade empresarial	GISE	4	68	12	8	16	80	66,66
	Optativa III	-	2	40	-	4	8	40	33,33
	Subtotal III			22	352	88	44	88	440
4°	Gestão estratégica de marketing	GEM	4	68	12	8	16	80	66,66
	Gestão da qualidade	GQ	4	68	12	8	16	80	66,66
	Desenvolvimento regional	DR	4	80	-	8	16	80	66,66
	Direito II	DIR-II	4	80	-	8	16	80	66,66
	Ética nas relações comerciais	ERC	4	80	-	8	16	80	66,66
	Optativa IV	-	2	40	-	4	8	40	33,33
	Subtotal IV			22	416	24	44	88	440
Total da CH das disciplinas			88	1.514	246	176	352	1760	1.466,67
SUPLEMENTAR	Componentes	Código componente	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	CH à Distância	CH total hora-aula	CH total hora-relógio
	Atividades Acadêmicas Complementares	AAC	3	-	-	-	-	160	133,33
	Prática Profissional Supervisionada	PPS	6	-	-	-	-	240	200
	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	3	-	-	-	-	120	100
Subtotal NS			12	-	-	-	-	520	433,33
Resumo da CH do curso				Hora-aula			Hora-relógio		
Carga horária teórica				1514			1.600		
Carga horária prática				246					
Atividades Acadêmicas Complementares				160					
Prática Profissional Supervisionada				240					
Trabalho de Conclusão de Curso				120					
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO				2.280			1.900		

*CH perpassa teoria e prática

Fonte: *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020)

Em consonância com as orientações Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o presente projeto busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação de disciplinas optativas (quadro 8) de livre escolha

do aluno segundo seus interesses individuais e/ou coletivos, que visam capacitar os futuros gestores na compreensão das relações étnico raciais e dos direitos do homem, que sejam inseridos nas inovações tecnológicas atentos com a qualidade de vida.

Quadro 8: Das Disciplinas Optativas

Disciplinas Optativas	Códigos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão*	CH à Distância*	CH Total Hora-Aula	CH Total Horas-Relógio
Multiculturalismo e Direitos Humanos	MDH	2	22	18	4	8	40	33,33
Inglês Instrumental	II	2	22	18	4	8	40	33,33
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS	2	22	18	4	8	40	33,33
Economia Brasileira	EB	2	40	-	4	8	40	33,33
Inclusão Social e Digital	ISD	2	40	-	4	8	40	33,33
Qualidade de Vida no Trabalho	QVT	2	34	6	4	8	40	33,33
Gestão de Inovações Tecnológicas	GIT	2	34	6	4	8	40	33,33
Culturas Regionais e Sociedades	CRS	2	22	18	4	8	40	33,33
Arte e Cultura Musical Brasileira	ACMB	2	40	-	4	8	40	33,33
Licitações e Contratos	LC	2	40	-	4	8	40	33,33
Fundamentos do Trabalho	FT	2	40	-	4	8	40	33,33

*CH perpassa teoria e prática

Fonte: *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

3.3 AVALIAÇÃO

Compreende-se a avaliação do processo de ensino aprendizagem como a atividade que fornece informações e questões para que se possa refletir sobre o melhor caminho a ser construído durante a formação do profissional, com o objetivo de aguçar o potencial de cada um dos estudantes.

O aspecto da avaliação do processo ensino aprendizagem no curso de Tecnólogo em Gestão Comercial privilegiará o fazer interdisciplinar, a partir da consideração de critérios qualitativos do aprendizado, por meio de atividades que contextualizem o mundo do trabalho e as vivências organizacionais.

3.3.1 Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação do processo de ensino aprendizagem não ocupa um espaço único e específico, com o propósito de avaliar o que o estudante produziu, mas faz parte de um processo contínuo e permanente, permitindo avanços sem ferir as normas pré-estabelecidas na Instituição, quanto ao momento e formas de registrar os resultados obtidos pelos estudantes, assim, contemplando os ditames constantes na alínea a, do inciso V do art. 24 da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A avaliação da aprendizagem tem a finalidade de diagnosticar os diferentes estágios de aprendizagem dos discentes, de tal forma a identificar eventuais lacunas e permitir a adequada formação das competências desejadas, ademais deve ser entendida também como uma oportunidade de diagnóstico para melhoria do trabalho do professor, na medida em que lhe permite a oportunidade para correção de ações, ou seja, é um processo indispensável para o replanejamento das ações educativas.

A estrutura proposta observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno com vistas ao enriquecimento e à integralização dos estudos.

As avaliações regulares ocorrerão de forma presencial, sendo preferencialmente pelo menos duas por semestre, com a finalidade de não concentrar todo o conteúdo ao final do semestre, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções, a critério do professor.

As avaliações serão preferencialmente estruturadas de modo interdisciplinar e articuladas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento de cada disciplina, a partir dos objetivos do Projeto Integrador.

Além de contemplar as normas pré-estabelecidas no ROA, será estabelecida uma rotina de observação, descrição e análise contínuas da produção do aluno, consistente no seguinte processo:

- Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, dentre outras estratégias pedagógicas);
- Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas.

Embora o processo avaliativo se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação. Ao longo do período, o aluno que apresentar dificuldades e resultados que possam impedi-lo de atingir a nota mínima estabelecida deverá ser envolvido em atividades complementares que lhe favoreçam a superar suas dificuldades. O aluno que não obtiver média regular suficiente para sua promoção terá direito a realizar exame final.

A avaliação de desempenho acadêmico será feita por disciplina que estarão alinhadas preferencialmente de forma interdisciplinar, incidindo ainda, sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno, assim, o discente deve cumprir, como uma das condições de promoção, em cada disciplina, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária de cada disciplina cursada.

Além da frequência mínima, será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta), em consonância com o que está estampado no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO. Ao longo do período letivo, o aluno que apresentar dificuldades e resultados que possam impedi-lo de atingir a nota mínima estabelecida deverá ser envolvido em atividades complementares que lhe favoreçam a superar suas dificuldades.

Aos alunos que, por razões justificadas, não puderem comparecer à realização da Avaliação Regular Presencial ou do Exame Final Presencial será oportunizado a realização de Avaliação em Segunda Chamada, conforme regras vigentes no Regulamento da Organização do IFRO para os cursos de Graduação.

Será oportunizado ao aluno solicitar Revisão de Avaliação sempre que julgar que ocorreu falha ou erro na correção de alguma Atividade ou Avaliação. As solicitações deverão seguir os procedimentos definidos no Regulamento da Organização do IFRO para os cursos de Graduação e serão revistas pelo professor da disciplina em primeira instância, e em segunda instância pela Coordenação do Curso, em conjunto com o professor da disciplina e/ou outro professor da área.

O aluno que não obtiver nota regular suficiente para sua promoção (aprovação) terá direito a realizar exame final, que contempla os conteúdos julgados pelo professor titular da disciplina. Vale destacar que para ser considerado promovido após exame final, o aluno deverá obter média final igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

Assim, a composição da nota é média por disciplina (MD) consistirá na soma de notas (SN) de todas as avaliações previstas para o período: $MD = SN$. Em todas as avaliações aplicadas, será definida uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sempre em números inteiros.

Na aferição de médias (semestral ou final) em que resultarem números não inteiros, os valores sofrerão um arredondamento para mais (quando a partir de 50 centésimos) ou para menos (quando até 49 centésimos).

Ainda em consonância com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, as atividades avaliativas deverão estar previstas nos planos de ensino de cada disciplina.

Para fins de acompanhamento do processo avaliativo percebido na concepção formativa, para além da aferição do desenvolvimento das habilidades e competências e como regulação da aprendizagem o Curso de Gestão Comercial define algumas estratégias:

- Adoção de atividades interdisciplinares como elaboração de trabalhos comuns, seminários, estudos de casos e outros que envolvam várias disciplinas.
- Interface teórico-prática, por meio da análise dos conteúdos curriculares e das práticas pedagógicas, especialmente pela aplicação dos projetos integradores e de extensão.
- Análise do aproveitamento dos alunos, como indicador do desempenho para replanejamento das atividades de ensino.

Caso não haja a possibilidade de reoferta do Curso pelo *Campus* o aluno poderá proceder o pedido de realização de disciplina especial, especificando qual ou quais disciplinas necessita refazer, com a finalidade de concluir o curso.

3.3.2 Avaliação do curso

O processo de avaliação do curso é conduzido institucionalmente pela Comissão Própria de Avaliação do IFRO (CPA), que gera os dados necessários para avaliação e cabe à equipe do curso, Coordenação, Colegiado e NDE, juntamente com os estudantes, efetuarem o tratamento dos dados gerados pela CPA.

Esta avaliação deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado e dos processos de ensino e aprendizagem e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Os critérios de avaliação são definidos em regulamento específico da CPA.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resulta, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

3.4.1 A prática profissional integrada ao currículo

A matriz curricular do CST em Gestão Comercial contempla a prática integrada ao currículo, a partir dos componentes curriculares que já estão definidos na matriz, de forma indissociável, podendo ser executada de forma presencial ou a distância, disciplinar ou interdisciplinar, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento profissional, técnico-científico, dos discentes.

O acompanhamento de execução da carga-horária prática é responsabilidade da Coordenação de Curso, em conjunto ao apoio pedagógico e multidisciplinar, podendo ser utilizados recursos do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como gamificação, visitas técnicas, uso de laboratórios, uso de softwares online e outras estratégias a critério do professor.

Qualquer que seja o tipo de atividade prática, esta deverá estar descrita no plano de ensino do professor da disciplina, quando da sua oferta.

3.4.2 Prática profissional supervisionada

Além da prática profissional obrigatória, integrada ao currículo e indissociável da execução dos componentes curriculares, é obrigatório ao discente a realização de Prática Profissional Supervisionada, denominada Estágio Profissional Supervisionado, podendo ser executado a qualquer tempo durante o período de integralização do curso.

Ao optar pela realização do Estágio Profissional Supervisionado, o aluno deverá seguir os procedimentos administrativos vigentes para seu aproveitamento e a carga-horária realizada, quando solicitada, será acrescida à carga-horária total do curso no Histórico Escolar até o limite de 240 horas-aula.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, (educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino), orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, observando as normativas em vigor para o momento.

Para este curso, é permitida a equiparação como Estágio Supervisionado de atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, desde que observados os regulamentos vigentes sobre os procedimentos necessários à equiparação. As atividades de extensão curricularizadas nos componentes da matriz curricular não poderão ser aproveitadas para fins desta equiparação, conforme previsto na Resolução N° 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de dezembro de 2016 dispondo o regulamento sobre o Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e com os regulamentos do IFRO (Resolução N° 11/2017/REIT - CONSUP/IFRO), é obrigatório ao aluno do CST em Gestão Comercial, a realização de trabalho de conclusão de curso (TCC), conforme legislação do IFRO.

Os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) consistem em práticas a serem desenvolvidas pelo aluno e orientadas por um professor do IFRO. Envolve elaboração de projeto de pesquisa, aplicação de pesquisa e produção de um artigo científico, a ser defendido presencialmente diante de banca examinadora, podendo ser realizada via videoconferência.

A partir do ingresso do aluno no terceiro semestre do curso, as atividades de TCC devem ser iniciadas na oferta da disciplina de Metodologias da Pesquisa e Inovação Científico-Tecnológica e, em sequência, serão orientados por professores indicados pela coordenação de curso. A elaboração e defesa do TCC são requisitos parciais para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Comercial. As normas constam no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, instituído pelo IFRO.

Como TCC do curso, deverá ser implementada uma intervenção empreendedora inovadora, relacionando a tríade econômico-social-ambiental no contexto organizacional e outras temáticas tratadas ao longo do curso, em uma empresa de micro ou pequeno porte da cidade onde o curso é ofertado. O trabalho deverá ser feito individualmente, podendo, de acordo com a natureza do projeto, ser desenvolvido em grupos de até 3 (três) alunos, depois de concessão especial do Colegiado do Curso, e deverá ser apresentado em forma de artigo tecnológico, abordando plano, método, atores envolvidos, resultados esperados x realizados etc., e deve ser apresentado em banca oral.

O TCC é mediado pelo professor orientador e compreende 2 etapas. Embora de carácter contínuo e articulado as etapas envolvem o planejamento e a implementação de ações destinadas a produzir avanços e melhorias nos processos organizacionais/gerenciais das empresas estudadas, bem como a avaliação dessas ações, seguindo as seguintes etapas:

- Etapa 1: consiste na elaboração do Projeto de Intervenção, partindo do conhecimento da realidade e dos seus saberes experienciais aliado às bases profissionais construídas durante o curso.
- Etapa 2: consiste na aplicação e avaliação da proposta de intervenção e na apresentação do resultado que poderá ocorrer presencialmente ou mediados por tecnologias em formato síncrono.

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares, por seu turno, visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos, não se confundindo com o estágio supervisionado.

Assim, se orienta a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, e se constituem em componentes curriculares enriquecedores e fomentadores do perfil do formando.

A competência profissional do egresso há de resultar da integração de várias competências distintas, além da exclusivamente científica, a saber, a crítica, a técnica, a relacional, a de atuação prática e a humanística, desenvolvendo interesses pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade à qual pertence.

Deste modo, as Atividades Complementares constituem um conjunto de práticas de extensão, por participação e/ou execução, em projetos e eventos desenvolvidos dentro e/ou fora da IES e que promovam o aprimoramento da formação acadêmica do aluno, bem como estabeleçam a relação educativa indispensável entre a teoria e a prática, como complementação das atividades curriculares pré-estabelecidas, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 8, de 22 de setembro de 2011.

As atividades complementares serão implementadas e incrementadas durante todo o curso, como mecanismos de aproveitamento de conhecimentos já construídos pelo estudante.

Elas se constituirão de estudos e práticas independentes realizadas pelos alunos, presenciais ou a distância, conforme previsão na Instrução Normativa do IFRO.

Para que o acadêmico se sinta estimulado a usufruir destas vivências o CST em Gestão Comercial, na sua matriz curricular, oportuniza a integralização de Atividades Complementares. Estas atividades, deverão ser realizadas fora do horário do curso normal e fora dos componentes curriculares obrigatórios, somando carga horária mínima de 160 horas.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Serão coordenadas pelo Coordenador do Curso que seguirá o regulamento devidamente elaborado para este fim.

3.7 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Educacional Específica – NAPNE, que tem sua atuação baseada na Resolução Nº 48/REIT-CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre seu regulamento. Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

- a) Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, e Resolução nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer nº 3/2004/CNE/CP.
- b) Educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012.

Amparar-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018.

- c) Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros.
- d) Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução n. 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que nominamos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade. Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e ao mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO vem desenvolvendo políticas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade.

O tratamento profissional ofertado à pessoa com necessidade educacional específica deve estar de acordo com sua vocação. Este fundamento está refletido também na LBI, no art. 28, XVIII, que trata do acesso à Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em igualdade de oportunidades.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

3.7.1 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais ou mobilidade reduzida

O IFRO norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e demais legislações para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com base na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os *campi*, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O IFRO está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus* dispõe de:

1. Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
2. Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
3. Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
4. Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
5. Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos. Os atendimentos

obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do IBGE, em sua última edição no ano de 2013, no Brasil existiam 13.737 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade (que engloba as deficiências física, visual, auditiva e intelectual), 6,8% da população brasileira (segundo a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2013). Na região norte, 933.000 pessoas, 5,5% da população da região; e no Estado de Rondônia, 78.000 pessoas, 4,5% da população rondoniense (PNS/IBGE, 2013).

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O IFRO está se adaptando para adquirir equipamentos e pessoal que favoreçam a acessibilidade e permanência de alunos com deficiência auditiva.

3.7.2 Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Conforme o disposto na Resolução nº 35/REI-CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020, o NAPNE prestará assessoramento para o atendimento educacional dos educando com deficiência, colaborando com o processo de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso do curso. Quando constatada a necessidade será providenciado um mediador como apoio ao discente

com Transtorno do Espectro Autista para auxiliá-lo no desenvolvimento com êxito das atividades acadêmicas.

3.7.3 A Inclusão Educacional: Das Políticas de Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.”

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no caput do artigo 5º da CF (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito a dignidade da pessoa humana, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação

em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

1. Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
2. Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
3. Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
4. Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
5. Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
6. Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
7. Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
8. Orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
9. Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
10. Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
11. Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
12. Balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
13. Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de

Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social. No âmbito do Curso o assunto será abordado por meio de temas transversais (ou interdisciplinar) e de modo específico com a disciplina optativa Multiculturalismo e Direitos Humanos.

3.7.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO.

Dentro da matriz curricular, além da transdisciplinaridade do tema, o NDE propôs a inclusão da disciplina Multiculturalismo e Direitos Humanos, além da disciplina de Culturas Regionais e Sociedades, em que busca trabalhar as diferenças e diversidades socioculturais, aspectos culturais e educação afrodescendente, indígena e as políticas de ação afirmativas. Dessa forma, os direitos humanos já figuram transdisciplinar entre as disciplinas obrigatórias, bem como disciplina optativas, ampliando as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

3.7.5 Apoio ao discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O discente conta com o atendimento da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), no que compete a estes setores, e também com o apoio do Coordenador

do Curso, que está à sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da instituição. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com iniciativas como:

1. Atividades de Acolhimento - realizadas a cada início de semestre, visando integração do aluno com a instituição;
2. Permanência e êxito - ações realizadas por diferentes setores e acompanhadas por comissão local ao longo dos semestres letivos visando a permanência e êxito dos estudantes;
3. Acessibilidade metodológica e instrumental - apoio na realização de trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade pedagógica;
4. Programa da monitoria - proposto no âmbito da Política de Monitoria (RESOLUÇÃO Nº 56/CONSUP/IFRO, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014);
5. Nivelamento - proposto aos alunos que, por natureza de sua formação básica, apresentam desníveis de conhecimento em relação aos demais componentes do grupo.

Para os alunos que precisem ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial, pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e pelo SUAP. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático-pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

São oferecidos aos discentes, através Coordenação de Assistência ao Educando – CAED uma equipe multiprofissional treinada e especializada para atendimentos de suporte ao ensino. São oferecidos os serviços especiais, dentro de suas necessidades e especificidades as seguintes ações:

- Atendimento Psicológico: A psicologia escolar pode auxiliá-lo na avaliação e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, orientação vocacional, ou encaminhamentos de casos clínicos que necessitem de um atendimento especializado.

O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

- **Atendimento de Enfermagem:** As ações de Enfermagem compreendem principalmente a orientação para prevenção de doenças e promoção da saúde, através de palestras, orientações individuais e coletivas. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- **Assistência Social:** O profissional em Serviço Social, pode auxiliar o discente na superação de todas as formas de preconceitos e desigualdades de classe social, cultural, origem, gênero e raça/etnia. Além disso poderá contribuir para inclusão em programas de Assistência Estudantil, através de estudos/diagnósticos socioeconômicos. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- **Orientação Educacional:** As ações de Orientação Educacional visam contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado nos aspectos físico, mental, emocional, moral, estético, político, social, educacional e profissional. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Assistência ao Educando – CAED ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Além dos serviços acima, a Coordenação de Assistência ao Educando conta com o suporte do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) para oportunizar a permanência do aluno na instituição, consolidar o apoio à formação acadêmica integral, contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, reduzir as taxas de retenção e evasão e promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas do Instituto.

O REPAE é composto por 8 (oito) programas, que são oferecidos aos alunos no *campus*:

1. Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial – PROASAB: O Programa objetiva trabalhar na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, assistência médica, odontológica e psicossocial inicial aos estudantes do IFRO.

2. Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino – PROASEN: O Programa tem como propósito desenvolver ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando seu êxito no processo educativo.
3. Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico – PRODETEC: O Programa objetiva, por meio da articulação dos eixos ensino, pesquisa e extensão, o fomento ao desenvolvimento técnico-científico do estudante do IFRO. A efetivação do programa se dará por meio de auxílio financeiro para a participação do estudante em eventos/atividades técnico-científicos (inscrição/passagem/hospedagem/alimentação), publicação (livros, revistas, periódicos) ou outras ações que contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional.
4. Programa de Monitoria: O programa de Monitoria se desenvolve por meio de atividades de estudantes no apoio aos professores de disciplinas que requeiram contribuição de colaboradores com adequados níveis de conhecimento, habilidades no relacionamento interpessoal e predisposição ao desenvolvimento de planos de trabalho.
5. Programa de Concessão de Auxílio Transporte – PROCAT: O Programa objetiva assegurar condições de locomoção do estudante socioeconomicamente vulnerável residente na cidade, na zona rural ou outros municípios circunvizinhos, visando sua permanência e conclusão dos estudos.
6. Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador – PROCAE: O Programa tem o objetivo de inserir o estudante, prioritariamente socioeconomicamente vulnerável, em atividades de educação (teórico/prática) realizadas nas dependências do IFRO, em horários compatíveis com suas atividades acadêmicas. O programa visa à integração social e a vivência de situações complementares ao ensino que oportunizem o desenvolvimento de atitudes e habilidades de formação cidadã. A inserção do estudante no Programa está vinculada à participação em processo seletivo específico e seus participantes receberão um auxílio financeiro para manutenção de seus estudos.
7. Programa de Auxílio à Moradia Estudantil – PROMORE: O Programa objetiva a viabilização de moradia/aluguel ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural e necessite residir temporariamente no

município sede do *campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo.

8. Programa de Auxílio Complementar – PROAC: O Programa tem o objetivo de prover auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável e que não tenha suas necessidades atendidas em outros programas de Assistência Estudantil propostos.

3.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

3.8.1 Multimeios didáticos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação em cada unidade de ensino.

Disponibiliza de laboratórios de informática equipados com computadores, conectados à internet. Além disso, incorpora, constantemente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Em todas as dependências comuns da IES é disponibilizado serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como o Portal de Periódicos CAPES, para acessos às revistas eletrônicas. Além disso, a instituição dispõe de uma biblioteca virtual completa, a "Minha Biblioteca", que permite aos alunos o acesso on-line a diversos títulos do eixo de formação relacionado as disciplinas do curso.

3.8.2 Recursos de informática

A utilização dos recursos de informática se dá ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, de acordo com a necessidade de cada ação envolvida, conforme abaixo:

Execução do Projeto Pedagógico do Curso: SUAP; SEI; Sistema Integrado de Planejamento; E-mail institucional; Site do IFRO/Página do *Campus*/Página do Curso; Pacotes de Aplicativos (processador de texto, planilhas eletrônicas, etc); Minha Biblioteca;

Acessibilidade digital e comunicacional: AVA/MOODLE; E-mail institucional; SUAP; Aplicativo IFRO Mobile; Site do IFRO/Página do *Campus*/Página do Curso; Sistema de Bibliotecas – GNUTECA;

Interatividade entre docentes, discentes: AVA/MOODLE; E-mail institucional; SUAP; Acesso a materiais: AVA/MOODLE; Bases de Dados CAPES; Repositório Institucional (em construção); links externos.

Além disso, a instituição de laboratórios de informática com equipamentos disponíveis aos discentes, acesso à internet cabeada, à rede sem fio e softwares atualizados nas disciplinas.

3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem

Uma das metodologias utilizadas nos cursos de Ensino a Distância (EaD) é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle por meio do qual serão viabilizadas atividades que visem o ensino-aprendizagem, com acesso a materiais didático-pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

No AVA são disponibilizados recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem.

A plataforma congrega as ferramentas de interação e realização das atividades de percurso disponíveis no moodle e propostas para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação. Somam-se ao processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância, tais como: vídeos, animações, simulações, links, atividades interativas com professores, tutores e alunos, biblioteca virtual e conteúdo da web, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca de informação e construção do conhecimento.

Além da plataforma online, os acadêmicos terão à disposição o aplicativo do Moodle. A ferramenta permite o acesso a todos os conteúdos disponíveis na plataforma, proporcionando maior interatividade, uma vez que o aluno terá o AVA.

Ainda é disponibilizado o acesso aos serviços de: informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das web aulas, materiais complementares, contatos.

3.8.3.1 Princípios de Organização Didática e Metodológica no AVA

A organização didática e metodológica dos materiais do AVA requer algum princípio que carecem observação como prevê Behar (2009):

- Linguagem dialógica – é um aspecto fundamental é uma das primeiras orientações recebidas pelo professor. A simulação de um diálogo com o aluno não só motiva o estudante, mas facilita a sua aproximação com o conteúdo e com o professor, visto que se propõe a, até certo ponto, substituir o diálogo;
- Hipertexto e conectividade – elas podem ter o objetivo motivar o estudo, suavizar o contato com o conteúdo, reiterar o tema em estudo, aprofundar discussão e outros objetos virtuais de aprendizagem;
- Pequenas unidades acompanhadas ou não de atividades de percurso que favorecem a sua retomada. – o conteúdo é sempre dividido em tópicos e ao final de cada tópico o tema em discussão é retomado;
- Itens como apresentação, objetivos da aula e resumindo - que levam o aluno a ter consciência constante do conteúdo e das habilidades que está desenvolvendo a cada aula;
- Indicação de leituras complementares – essas leituras são textos que o aluno pode consultar para complementar o conteúdo estudado e podem ser de qualquer natureza: artigos, revistas, filmes, etc.; em geral, pedimos ao professor que indique o link, se o material for eletrônico ou que permita a digitalização, se o material for impresso em papel, de forma que esse material complementar possa ser recebido pelo aluno;
- Referências – incluem todo o material utilizado, citado ou não, pelo professor para a elaboração da aula;

- Glossário – item opcional, por meio do qual se pode dar destaque a conceitos fundamentais que não estejam explicados ao longo daquela aula específica. São elementos importantes para uma a construção do conhecimento.

A organização metodológica inclui outros elementos e pode agregar diferentes ferramentas e demais instrumentos com vistas a contribuir no desenvolvimento da aprendizagem e na construção das competências e habilidades do profissional de Gestão Comercial.

3.9 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Política de Acompanhamento de Egressos é constituída de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Será obedecida a Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

Art. 13º O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o quinto ano após a sua conclusão.

Art. 14º As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso. (...).

Art. 16º Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.

Art. 17º As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.

Art. 18º Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

3.10 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que as universidades (entre as quais também se equiparam os Institutos Federais) gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Os documentos institucionais (PDI, Regimento do IFRO, Regulamento de Extensão, dentre outros), preveem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), coloca as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão como complementares e indivisíveis que se retroalimentam no processo de ensino-aprendizagem e que estão contempladas na proposta do curso.

O PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia afirma que o ensino deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo-se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso e à valorização das peculiaridades regionais.

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus *campi*, com o envolvimento dos alunos, e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade. Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO incentiva aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas, concede bolsas de iniciação científica aos discentes e promove seminários online e presenciais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

Além disso, o IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional. Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional, cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social. As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

No âmbito do curso, além dos mínimos, 10%, de extensão curricularizada, poderão ser desenvolvidas atividades de extensão como a oferta de Cursos de Formação Continuada para alunos e comunidade, programas e projetos de extensão, visitas técnicas ou gerenciais, feiras e

outras ações, únicas ou com periodicidade estendida, conforme projeto, visando o estreitamento do curso com o mercado e a inserção dos alunos no ambiente profissional.

As atividades de pesquisa e extensão ao *campus* propostas pela instituição ou pelos estudantes, ocorrem de acordo com as vias institucionais complementadas pelas possibilidades de operacionalização utilizando os recursos tecnológicos e da informação e comunicação, podendo inclusive serem orientadas de modo presencial e remoto.

3.10.1 Integração com a rede pública e empresas

O estabelecimento de parcerias entre instituições das redes municipal, estadual e federal é entendido como ação fortalecedora da Educação Profissional e Tecnológica com vistas à ampliação do atendimento à sociedade, especialmente, àquelas demandas reconhecidamente resultantes de exclusão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia adota como principal política de articulação o estabelecimento de parcerias com empresas e instituições públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou qualquer setor da economia que haja capital público, sejam eles pertencentes a qualquer uma das três esferas — municipal, estadual ou federal —, para a prospecção de vagas de estágio, realização de visitas técnicas, atividades de pesquisa *in loco*, etc. Além disso, haverá visitas técnicas, palestras, consultorias, projetos de extensão, acompanhamento de egressos e outras atividades de articulação que possam desenvolver parcerias para a melhoria da formação do Tecnólogo em Gestão Comercial e a participação dos *campi* no fomento do crescimento socioeconômico do Estado.

3.11 CERTIFICAÇÃO

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, e as atividades do Núcleo Complementar, integralizadas dentro do período máximo estabelecido neste PPC, será conferido ao egresso o Diploma de Tecnólogo em Gestão Comercial, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO, conforme a RESOLUÇÃO Nº 87/2016/CONSUP/IFRO e suas alterações.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

4. EQUIPE DOCENTE PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e regulamentações do Ministério da Educação (MEC).

No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina, sendo, contudo, necessário que o professor que atuará como docente no curso deve possuir titulação de no mínimo especialista.

Quadro 9: Requisitos de formação por disciplina

Nº	Disciplina	Formação Escolar Mínima Requerida
1	Arte e Cultura Musical Brasileira	Graduação em Artes ou Música
2	Comunicação e Linguagem	Graduação em Letras - Português
3	Contabilidade Gerencial	Graduação em Contabilidade
4	Culturas Regionais e Sociedades	Graduação em Sociologia, Filosofia ou Artes
5	Desenvolvimento Regional	Graduação em Economia
6	Direito I	Graduação em Direito
7	Direito II	Graduação em Direito
8	Economia Brasileira	Graduação em Economia
9	Economia e Mercado	Graduação em Economia
10	Educação Empreendedora	Graduação em Administração, Contabilidade ou Economia
11	Ética nas Relações Comerciais	Graduação em Filosofia ou Sociologia ou Ciência Política
12	Fundamentos do Trabalho	Graduação em Filosofia, Sociologia, Administração ou Economia
13	Gestão da Qualidade	Graduação em Administração
14	Gestão de Inovação e Sustentabilidade Empresarial	Graduação em Administração, Contabilidade ou Economia
15	Gestão de Inovações Tecnológicas	Graduação em Administração, Contabilidade, Economia ou Informática
16	Gestão de Micro e Pequenas Empresas	Graduação em Administração, Contabilidade ou Economia
17	Gestão Estratégica de Marketing	Graduação em Administração, Marketing ou Publicidade e Propaganda
18	Gestão Estratégica de Pessoas	Graduação em Administração ou Recursos Humanos
19	Gestão Estratégica da Produção e Logística	Graduação em Administração
20	Inclusão Social e Digital	Graduação em Economia, Sociologia, Informática ou Administração
21	Informática Aplicada	Graduação em Informática
22	Inglês Instrumental	Graduação em Letras - Inglês
23	Introdução à Contabilidade	Graduação em Contabilidade
24	Licitações e Contratos	Graduação em Administração ou Direito
25	Língua Brasileira de Sinais	Graduação em qualquer área do conhecimento com formação específica em LIBRAS
26	Matemática Básica e Aplicada	Graduação em Matemática ou Estatística

27	Matemática Financeira	Graduação em Matemática ou Estatística
28	Metodologias da Pesquisa e Inovação Científico-Tecnológica	Graduação em qualquer área do conhecimento
29	Multiculturalismo e Direitos Humanos	Graduação em qualquer área do conhecimento
30	Qualidade de Vida no Trabalho	Graduação em qualquer área do conhecimento
31	Teoria das Organizações	Graduação em Administração

Fonte: *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso está composta pelos docentes do quadro de servidores do *Campus Porto Velho Zona Norte*, conforme Quadro 10:

Quadro 10: Regime de trabalho do corpo docente do curso

Nome	Regime de Trabalho	CH/RT	Link Lattes
Alberto Bruno de Oliveira Viana	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/6476165847424288
Aloir Pedruzzi Junior	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/2134251239464716
Anabela Aparecida Silva Barbosa	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/2900527189559181
Angelina Maria de Oliveira Licório	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/5999105777814994
Ana Claudia Dias Ribeiro	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
Ariadne Joseane Félix Quintela	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
Artur Virgílio Simpson Martins	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/3385394494218843
Carlo Filipe Evangelista Raimundo	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/0636888564115823
Cássia Luciana de Melo Lima	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/5889216149779101
Denise Ton Tiussi	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
Jonimar da Silva Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
João Batista Teixeira de Aguiar	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/8575663992123444
Juliana Braz da Costa	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/3374333343939724
Kenia Silva Martins Freitas	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/2528532703275515
Lady Day Pereira de Souza	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
Marcos Aurélio Borchardt	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/1960604312632470
Marialva de Souza Silva	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/8671382699396472
Maray del Carmen Silva Rodrigues	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/1325114725599688
Rafael Nink de Carvalho	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
Váldeson Amaro Lima	Dedicação Exclusiva	40 horas/DE	http://lattes.cnpq.br/2186520755838978

Fonte: IFRO, *Campus Porto Velho Zona Norte* (2020)

4.2.1 Experiência profissional e titulação do quadro docente do curso

Quadro 11: Lista dos professores que irão atuar no curso e suas titulações.

DOCENTE	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA (em anos)			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DA DOCÊNCIA (em anos)
		Educação a Distância	Educação Básica	Educação Superior	
Alberto Bruno de Oliveira Viana	Especialista em Logística	3	3	3	11

Aloir Pedruzzi Junior	Mestrado em Administração	4	4	4	10
Anabela Aparecida Silva Barbosa	Mestre em Educação	7	20	5	2
Angelina Maria de Oliveira Licorio	Mestrado em Administração	4	4	20	30
Ana Claudia Dias Ribeiro	Mestrado em Letras	8	17	6	2
Ariadne Joseane Félix Quintela	Mestrado em Educação	18	24	24	3
Artur Virgílio Simpson Martins	Mestrado em Administração	4	9	5	3
Carlo Filipe Evangelista Raimundo	Mestrado em Educação	4	9	9	15
Cássia Luciana de Melo Lima	Especialista	3	20	1	-
Denise Ton Tiussi	Mestrado em Administração	4	6	7	2,5
Jonimar da Silva Souza	Mestrado em Administração	7	12	7	3
João Batista Teixeira de Aguiar	Mestrado em Administração Pública	8	8	20	35
Juliana Braz da Costa	Mestrado em Ciências da Computação	8	13	13	-
Kenia Silva Martins Freitas	Especialista em Educação Infantil e Alfabetização / Música	3	30	3	30
Lady Day Pereira de Souza	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	9	9	9	7
Marcos Aurélio Borchartt	Mestre em Administração	1	2	12	3
Marialva de Souza Silva	Especialização em Metodologias Ativas aplicadas ao Ensino Superior	3	3	3	3
Maray del Carmen Silva Rodrigues	Mestrado em Administração	4	5	10	22
Rafael Nink de Carvalho	Mestrado em Matemática	8	16	9	-
Váldeson Amaro Lima	Doutorado em Administração	3	3	6	4

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020)

4.3 TITULAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO

4.2.2 Índice de qualificação dos docentes do curso

Quadro 12: Correlação entre o quantitativo de profissionais e sua titulação e área de formação

TITULAÇÃO	QTDE.	% DO TOTAL	NA ÁREA DO CURSO		EM OUTRAS ÁREAS	
			QTDE	% DO TOTAL	QTDE	% DO TOTAL
Doutorado	1	5%	1	5%	0	0
Mestrado	15	75%	10	50%	5	25%
Especialização	4	20%	1	5%	3	15%
TOTAL	20	100%	12	60%	8	40%

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020).

4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Equipe de apoio multidisciplinar engloba os técnicos lotados nos setores:

- Departamento de Apoio ao Ensino - abrange as Coordenações que atuam nos processos de instrução e acompanhamento do ensino e aprendizagem no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, composto por Pedagogas com função de supervisão e apoio pedagógico;
- Coordenação de Apoio ao Educando - responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do campus, por meio de ações que favoreçam a permanência e êxito no processo de formação, composta por Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Pedagoga com função de orientação pedagógica;
- A Coordenação de Curso, responsável pelo acompanhamento das atividades por parte de professores e alunos.

4.5 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização

devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo conforme a Política de Capacitação de Servidores do IFRO, regida pela Resolução nº 7/CONSUP/ IFRO, de 15 de abril de 2011. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto àqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais. São pelo menos dois editais anuais de fomento a capacitação, participação em eventos, afastamento em serviço para cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* e outras iniciativas.

5. GESTÃO ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso está vinculada diretamente ao Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE) e trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e dos professores e conforme as demandas e características do curso. É realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionadas ao curso. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Curso ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Ao final de cada ano, a Coordenação de Curso deve elaborar o Plano Anual de Trabalho – PAT do ano subsequente, com as propostas de ações que serão executadas no curso no referido ano. O PAT deve estar refletido no “Plano de Ação”, ferramenta que proporciona o acompanhamento pelas chefias superiores. Os indicadores de desempenho da coordenação são obtidos por meio da Avaliação Institucional realizada pela CPA.

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível superior, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. As competências do coordenador estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO, na Portaria N° 551, no Manual de Coordenador de Curso e no Regimento Interno do *Campus*.

Para que um docente seja indicado ou se candidate a Coordenador de curso, deverá ter experiência profissional de 5 anos, sendo, no mínimo 3 anos completos na educação superior; ter titulação mínima de mestre e possibilidade de se dedicar o maior número possível de horas à coordenação, ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando o número de alunos do curso conforme instrumento de avaliação do INEP/MEC, no item 2.4.

Na falta de docente que atenda ao perfil acima, poderá ser indicado ou eleito à coordenação de curso, professor com titulação não inferior a especialista.

5.2 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso, nos termos da Resolução CONSUP/IFRO N° 7/2018 e suas alterações. É composto pelos seguintes membros:

- Coordenador (a) do curso;
- Docentes em exercício no curso;
- Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano;

O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador do Curso e, na sua ausência ou impedimento, a presidência será exercida pelo seu substituto legal.

Os membros Colegiado de Curso reúnem-se:

- ordinariamente, no início do período letivo e, posteriormente, a cada dois meses, mediante convocação por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- extraordinariamente, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

A reunião do Colegiado de Curso deve iniciar com a presença da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos seus membros, estabelecida como quórum regimental. Nas reuniões extraordinárias, somente são discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedadas outras matérias que não aquelas explicitadas na convocação.

O colegiado realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão, e possui competências de:

- I - deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;
- II - aprovar em primeira instância o projeto pedagógico do curso considerando as normas institucionais e a legislação nacional vigente;
- III - planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no calendário acadêmico e projeto pedagógico de curso;
- IV - planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- V - assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, prática profissional supervisionada (estágio ou atividade equiparada) e atividades acadêmico-científico-culturais;
- VI - estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Direção de Ensino;
- VII - planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;
- VIII - propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;
- IX - propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc.
- X - propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- XI - deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento dos discentes;
- XII - manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;
- XIII - decidir entre os pares a constituição do Núcleo Docente Estruturante para o curso, no caso dos cursos de graduação;
- XIV - analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático-pedagógica no âmbito do curso que representa.

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Conforme resolução Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área,

no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deve ser integrado por professores responsáveis pela (re)formulação das propostas pedagógicas e que estejam efetivamente encarregados da implementação e desenvolvimento do curso no que concerne às atividades de docência, orientação de pesquisa, estágio e extensão, atualização do Projeto Pedagógico, entre outras. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE será presidido pelo respectivo Coordenador do Curso e, na sua ausência ou impedimento, a presidência será exercida pela vice-presidência, decidida entre seus membros na primeira reunião da gestão. O núcleo deve reunir-se, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

I - ordinariamente, mediante convocação, por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

II - extraordinariamente, mediante convocação, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

São competências do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do nível de formação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;

V - acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico no âmbito do curso; VI - assessorar o Colegiado do Curso nas ações de planejamento e desenvolvimento do processo ensino aprendizagem no âmbito do curso.

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1 Diretoria de Ensino

Vinculada à Direção-Geral, é o órgão executivo responsável pelo planejamento, avaliação, instrução e acompanhamento do processo pedagógico-administrativo e do controle acadêmico, especialmente no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, presenciais e a distância, devendo alinhar suas atividades com as diretrizes emanadas da Direção-Geral e da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio:

- O Departamento de Apoio ao Ensino órgão que abrange as Coordenações que atuam nos processos de instrução e acompanhamento do ensino e aprendizagem no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação.
- A Coordenação de Assistência ao Educando, vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação.
- A Coordenação de Registros Acadêmicos é o setor que faz o recebimento, conferência, guarda, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica do aluno no *Campus*, incluindo a expedição diplomas, históricos, declarações, dentre outros.
- A Coordenação de Biblioteca é o setor com a finalidade de prestar atendimento aos públicos interno e externo ao *campus*, especialmente pela disponibilização de acervos bibliográficos, documentais e iconográficos em seus suportes físico, digital e virtual.

5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de

oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais.

O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para compor o núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à:

- Atendimento especializado/específico;
- Adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática);
- Avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada;
- Tecnologias assistivas;
- Apoio/acompanhamento pedagógico;
- Produção de material didático;
- Terminalidade específica (ver resolução 2/2013/CNE/CEB).

Caso seja necessário, o atendimento poderá ser realizado virtualmente.

5.4.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*. Participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e

Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possui duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

5.4.4 Equipe Técnico-Pedagógica

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

Equipe Técnico-Pedagógica atende alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação, implantação e implementação da proposta pedagógica do estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses

comuns. Essa equipe é composta pela Diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca.

6. INFRAESTRUTURA

6.1 ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O Campus Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui área de implantação de aproximadamente quinze mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de sete mil metros quadrados. Tendo ciência do tripé que sustenta o ensino na Rede Técnica e Tecnológica Federal, o campus desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno, possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

O campus conta com os seguintes recursos de hiperídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, salas de EaD, impressoras e scanners.

O campus possui os ambientes e recursos necessários para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

O campus possui diversas edificações, localizadas ao longo de sua área de implantação, sendo caracterizadas conforme lista abaixo:

– 13 salas de aula: todas equipadas com 1 projetor multimídia, 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio com acabamento em fórmica, um

quadro de vidro, ar-condicionado Split, cortinas tipo persianas, 1 mesa individual, 1 cadeira estofada e 1 televisor. Esses locais atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

– 01 bloco para atividades em EaD: composto por 2 estúdios de gravação e produção de vídeos e sala de apoio técnico;

– 01 sala de coordenação de tutoria: composta por estações de trabalho com equipamentos de informática e acesso à internet e demais materiais de apoio necessário ao exercício das atividades;

– 01 sala de professores com estações de trabalho suficientes, espaço para atendimento aos alunos e armários para guarda de materiais;

– 01 biblioteca com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao curso;

– 01 auditório;

– 04 laboratórios gerais informática com computadores e softwares atualizados;

– 01 laboratório de Redes de Computadores com computadores avançados e softwares específicos, equipamentos ativos e passivos para interligação e testes de redes, além de servidores de redes;

– 01 espaço para as estações móveis de ensino da rede E-TEC (3 contêineres).

Além dessas infraestruturas consideradas essenciais para o funcionamento da unidade, o campus conta ainda com outros espaços técnicos e administrativos que compõem a sua estrutura e um estacionamento descoberto para a guarda de veículos de funcionários e visitantes, com controle de acesso através de guarita.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, está destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social plena. Na expectativa de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte, prima pelo

cumprimento legal de possibilitar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, (CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003) adotando medidas que permitem a acessibilidade às suas dependências pela comunidade acadêmica e favorecem a inclusão social e educacional, conforme descrito a seguir: instalação de corrimão em todos os acessos de escadas; sanitários em todos os blocos, para portadores de necessidades especiais, com equipamentos e acessórios de acordo com a norma NBR 72 9050/ABNT; instalação de antiderrapante em todas as escadas e rampas; rampas e corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes; instalação de elevador ligando o pavimento térreo ao pavimento superior; profissionais na guarita e no hall de entrada para auxílio quando necessário; estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades específicas.

Ainda com relação ao aspecto estrutural e o conforto nos atendimentos aos usuários com necessidades específicas, pode se citar a estrutura da biblioteca e a postura dos servidores em atender de maneira satisfatória todo o público que utiliza da estrutura de acordo com a Resolução nº 21 CONSUP/IFRO de 2015, que dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O campus possui apenas uma edificação com dois pavimentos e nesta edificação há um elevador, conforme determinação legal.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *Campus*.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da matrícula de estudante com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

O *campus* possui em funcionamento cinco laboratórios de informática, sendo dois de formação básica e três de formação específica, cada um com sua especialidade: redes de computadores, computação gráfica e sistemas de informação, podendo serem utilizados por docentes e alunos do curso de acordo com a necessidade. A disposição do curso, existem dois laboratórios conforme quadro 13.

Quadro 13: Infraestrutura de laboratórios

Qtde.	Espaço Físico	Área M ²	Infraestrutura de móveis e equipamentos	Objetivos de ensino	Uso do Laboratório
2	Laboratório de Informática	84	43 computadores modelo AiO para uso dos alunos, todos eles com mesas individuais de 80x60cm e cadeiras fixas. 01 computador para o professor, quadro branco e projetor multimídia.	O laboratório é destinado ao desenvolvimento de atividades práticas e relacionadas às pesquisas de disciplinas diversas.	Compartilhado.

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020).

Todos os laboratórios de informática contam com computadores, nobreaks, softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

6.3.2 Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos segue o previsto na RESOLUÇÃO Nº 2/PVZN - CE/IFRO, DE 23 DE MARÇO DE 2021, que trata do Plano de Manutenção de Equipamentos de TIC do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte. A atualização poderá ser desenvolvida por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

As ações de atualização correspondem também às previstas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos.

6.4 BIBLIOTECA

6.4.1 Espaço físico

O *campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e infraestrutura conforme disposta no quadro 14.

Quadro 14: Infraestrutura de biblioteca

Qtde.	Espaço Físico	Área M ²	Infraestrutura de móveis e equipamentos	Pessoal Técnico Responsável
01	Biblioteca	148,92	O mobiliário é composto por: 35 estantes de aço, 24 cadeiras para usuários, 4 cadeiras giratórias, 9 estações de estudo individual, 6 computadores para estudos e pesquisas, 4 computadores para o atendimento, 3 mesas redondas para estudos, 2 mesas desktop, 2 mesas (pequenas escritório), 3 armários guarda volumes, 2 armários de metal, 1 armário de madeira, 1 balcão de atendimento, 1 TV Samsung.	02 bibliotecárias e 02 auxiliares

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020).

6.4.2 Serviços da biblioteca

A Biblioteca funciona com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso aos acervos. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo de 7 (sete) dias para docentes, discentes e técnico-administrativos, além de manter pelo menos 1 (um) exemplar para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por assuntos, facilitando, assim, a procura por títulos com conteúdos semelhantes. Possui exemplares de livros e periódicos que contemplem todas as áreas de abrangência do curso.

Além disso, docentes e alunos podem contar com uma biblioteca digital, por meio da plataforma "Minha Biblioteca", que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

O funcionamento da Biblioteca está amparado internamente pela RESOLUÇÃO Nº 21/CONSUP/IFRO, DE 06 DE JUNHO DE 2015.

6.4.3 Demonstrativo da relação unidade/quantidade

O acervo é composto por títulos de todas as áreas do conhecimento e possui exemplares disponíveis para consulta local e empréstimo aos alunos e professores, nas quantidades abaixo descritas, que atendem a contento todas as atividades do curso.

Quadro 15: Acervo da biblioteca

Item	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Engenharias	Quantidade Total
Títulos existentes	269	629	184	7	1.089
Títulos encomendados	10	35	5	0	50
Títulos programados	18	52	3	0	73
Volumes existentes	1.058	2.604	409	29	4.100
Volumes encomendados	38	186	37	0	261
Volumes programados	112	268	40	0	420

Fonte: IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte (2020).

7. BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem, no entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal:

- Documentos da Legislação Nacional
 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 2. Lei 10.098/2000: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
 3. Lei n.º 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;
 4. Lei n.º 11.892/2008: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
 5. Lei n.º 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
 6. Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012
 7. lei n.º 9 795 criada em 27 de abril de 1999
 8. Lei nº 12.711/2012: trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;

9. Resolução CNE/CP nº 3/2002: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia;
10. Lei nº 11.645 de 10/03/2008: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena;
11. Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004;
12. Resolução nº 7/CNE/CES/MEC/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

- Normativas Internas

1. Instrução Normativa 1/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: trata do ingresso dos alunos de outras instituições por meio de apresentação de transferência;
2. Instrução Normativa 3/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: da antecipação de disciplinas da matriz curricular do curso;
3. Instrução Normativa 4/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do aproveitamento de estudos;
4. Instrução Normativa 5/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do ingresso para portadores de diploma;
5. Instrução Normativa 6/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do excedente de vagas;
6. Instrução Normativa 7/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do acompanhamento pedagógico de estágios;
7. Instrução Normativa 8/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: das atividades acadêmicas complementares;
8. Resolução nº 24/2017/CEPEX/IFRO de 04 de setembro 2017: Dispõe sobre a Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte
9. Resolução nº 17/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA);
10. Resolução nº 79/2016: Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
11. Resolução nº 11/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

12. Resolução nº 1/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
13. Resolução nº 30/2001/CONSUP/IFRO: Regulamento dos Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) do IFRO;
14. Resolução nº 14/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
15. Resolução nº 16/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO;
16. Resolução nº 21/2015/CONSUP/IFRO: Regulamenta o funcionamento das bibliotecas no âmbito do IFRO;
17. Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO;
18. Resolução nº 26/2015/CONSUP/IFRO: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
19. Resolução nº 29/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2018/2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
20. Resolução nº 71/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da Política de Sustentabilidade e normatiza a elaboração dos Planos de Logística Sustentável no IFRO;
21. Resolução nº 97/2016/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.
22. Resolução nº 8/REIT/CONSUP/IFRO/2019. Dispões sobre a aprovação do Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO);
23. Resolução nº 7/CONSUP/ IFRO, de 15 de abril de 2011: Dispõe sobre a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO;
24. Portaria Nº 551/REIT CGAB/IFRO, de 22/03/2017: Dispõe sobre o processo eleitoral para escolha de coordenadores de cursos no IFRO;
25. RESOLUÇÃO Nº 2/PVZN - CE/IFRO, DE 23 DE MARÇO DE 2021, Dispõe sobre o Plano de Manutenção de Equipamentos de TIC do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte;
26. Manual de Coordenadores de Cursos do IFRO;

27. Resolução nº 18/CONSUP/IFRO de 21 de junho de 2011: Dispõe sobre o Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação do IFRO.

Outras normativas internas e legislações nacionais, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050/2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2015.

AUSUBEL, David Paul. Aquisição e retenção de conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva. Tradução de Lígia Teopisto. 1.Ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

AUSUBEL, David Paul; NOVAK, Joseph D.; HANESIAN, Helen. Psicologia Educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BLAUTH, Wagner. Reflexões sobre a Interdisciplinaridade: formação e gestão em processos educativos. Anais do Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, 2015.

BEHAR, Patrícia. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 de junho de 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: TIC domicílios 2015. Survey on the use of information and communication technologies in brazilian households: ICT households 2015 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

- CNC. Empresômetro MPE. Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/estatisticas>>. Acesso em 30 de maio de 2016.
- DAMIANI, Magda Floriana et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de educação, nº 45, p. 57-67, Pelotas: UFPel, 2013.
- DELORS, Jaques. A Educação um tesouro a descobrir. UNESCO, 2010. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590>. Acesso em 19 de junho de 2020.
- DOWNES, Stephen. What connectivism is? Half An Hour, 2007. Disponível em <<http://halfanhour.blogspot.com.br/2007/02/what-connectivism-is.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- FAZENDA, Ivani Catarina. Didática e Interdisciplinaridade. Papirus, 2017.
- FILATRO, Andrea. Como preparar conteúdos para EAD / Andrea Filatro. – 1.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 de junho de 2016.
- IFRO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. Disponível em: <<http://pdi.ifro.edu.br/>>. Acesso em 03 Mai 2020.
- IFRO. Relatório PAER. Pesquisa de Atividade Econômica Regional para a Instalação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, 2012.
- INEP. Censo Escolar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 05 de junho de 2016.
- MEC. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content>. Acesso em 02 de junho de 2015.
- MEC. Plataforma e-Mec. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 01 de junho de 2016.
- MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a Distância. São Paulo: Summus, 2011.
- MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015 Disponível em http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf
- MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA, Paulo César; CARVALHO, Patrícia. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. Paidéia, vol.17 n.37 Ribeirão Preto. 2007. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n37/a06v17n37.pdf>> Acesso em 15 jun. 2020.

PNE – Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015. Disponível em: <<http://convergencia.com.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em 09 de junho 2016.

SIEMENS, George. Connectivism: A learning theory for the digital age. 2005. Disponível em<http://www.itdl.org/Journal/Jan_05.article01.htm> Acesso em: 20 jun. 2017.

SEPOG. Relatório de Atividades Desenvolvidas, Avaliação do PPA 20122015, exercício 2013. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

VIGOTSKI, L. S. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Teoria das Organizações				Código: TO
CH Teórica: 80	CH Prática: -	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Básica				Período: 1º
Ementa: Concepções sobre Administração e Organizações. História das Organizações; As Teorias Administrativas e seu contexto histórico: Teoria Científica; Teoria Burocrática; Teoria Clássica; Teoria das Relações Humanas; Teoria Estruturalista; Teoria Neoclássica; Teoria Comportamental; Teoria Contingencial; Teoria Geral de Sistemas; Governança nas Organizações; Metodologia de produção japonesa.				
Referências Bibliográficas Básicas				
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Fundamentos de Administração: para cursos de Gestão. São Paulo: Elsevier <i>Campus</i> , 2010.				
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 8. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2011.				
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.				
Referências Bibliográficas Complementares				
BILHIM, João. Teoria Organizacional: estruturas e pessoas. 6. ed. Lisboa: ISCSP, 2008.				
FARIA, José Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.				
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.				
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das Organizações. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.				
RICCIO, Vicente. Administração Geral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Matemática Básica e Aplicada				Código: MBA
CH Teórica: 80	CH Prática: -	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Básica				Período: 1º
Ementa: Razão, Proporção, Porcentagem, Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais, Regra de três Simples, Valor do dinheiro no tempo, Juros Simples e Compostos, Taxas de juros proporcionais e equivalentes.				
Referências Bibliográficas Básicas				
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.				
POMPEO, José Nicolau, HAZZAN, Samuel. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.				
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.				
Referências Bibliográficas Complementares				
ALVES, Vilmar dos Santos. Matemática Financeira: técnico em finanças. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Mato Grosso - Cuiabá : UFMT, Porto Velho: IFRO, 2014. (DISPONÍVEL ON LINE)				
CRESPO, Antônio Arnot. Matemática comercial e financeira fácil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.				
NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 12. ed. São Paulo Atlas, 2012.				
SAMANEZ, Carlos Patrício, Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.				
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.				
VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.				

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Educação Empreendedora				Código: EE
CH Teórica: 60	CH Prática: 20	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Básica				Período: 1º
<p>Ementa: Educação empreendedora: resgate do histórico e dos princípios constituintes. Contextos empreendedores. Desenvolvimento de negócios e carreiras empreendedoras. Liderança, atitude e características do comportamento empreendedor. Tipos de empreendedorismo. Educação, trabalho e empreendedorismo. Mercado, inovação e empreendedorismo por meio de experimentação. Planejamento, modelo e plano de negócios.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas DRUCKER, Peter F. Inovação e Espírito Empreendedor - Prática e Princípios. São Paulo: Saraiva. 2016. HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2014. DORNELAS, José. Empreendedorismo transformando ideias em negócios – 7ª edição. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. BROSE, Markus. Metodologia participativa : uma introdução a 29 instrumentos /Markus Brose (Org.). – 2. ed. – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. São Paulo: Ed. Sextante, 2011. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. -- 30. ed. rev. e atual. – São Paulo : Editora de Cultura, 2006. DORNELAS, José. Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação. 1a. edição Rio de Janeiro: Empreende / LTC, 2014. PESCE, Bel. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida. editora: Enkla. 2015.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Informática Aplicada				Código: IF
CH Teórica: 38	CH Prática: 42	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Básica				Período: 1º
<p>Ementa: Sistema computacional. Sistema operacional (SO) e suas aplicações. Internet. Ferramentas de comunicação na web. Softwares para escritório. Serviços na nuvem. Tecnologia da Informação nos negócios. E-business. Sistemas de Informação Operacionais, Gerenciais e Estratégicos (SIO, SIG e SIE). Gerenciamento de Relacionamento com o Cliente (CRM). Sistemas de Informações em Marketing (SIM). Enterprise Resources Planning (ERP). E-Commerce. Ferramentas e Tecnologias aplicadas ao negócio.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price; TANIWAKI, Célia. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2013. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. São Paulo: Atlas, 2017.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares ALBERTIN, ALBERTO LUIZ. Comércio Eletrônico: modelos, aspectos e contribuições de sua aplicação. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FITZGERALD, J. Comunicações de dados empresariais e redes. 10ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. KOTLER, Philip et al. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. MICELI, André L.; SALVADOR, Daniel O. Planejamento de marketing digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2017. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática – Conceitos Básicos. 8 ed. Ed. Campus, 2011.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Comunicação e Linguagem				Código: CL
CH Teórica: 80	CH Prática: -	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Básica				Período: 1º
<p>Ementa: Linguagem e comunicação. Reflexão sobre a língua e seus usos em diferentes situações cotidianas. Aprofundamento da competência escritora e leitora. Tipologias textuais. Leitura de diversos gêneros e tipologias textuais. Articuladores inter e intra frases, substituição vocabular, pronominalização e elipse. Parágrafo. Coesão e coerência textuais. Aspectos linguísticos e gramaticais aplicados à produção textual. Produção, Revisão e Reescrita de Textos. Redação comercial e oficial: carta comercial, ofício, requerimento, ata, procuração, relatório e declaração.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. Correspondência, linguagem e comunicação. 24. ed. São Paulo Atlas, 2011. FARACO, Carlos Alberto. Práticas de texto para estudantes universitários. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Coerência textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa: Noções Básicas para os cursos superiores. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010. BRASIL, Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://bit.ly/1noxZwD. Acesso em: 11 mai. 2020. CEREJA, William Roberto. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 4. ed. São Paulo: Atual, 2009. MEDEIROS, João Bosco. Redação Empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>				

SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Gestão de Micro e Pequenas Empresas				Código: GMPE
CH Teórica: 60	CH Prática: 20	CH Extensão: 8	CH A Distância: 16	CH Total: 80
Núcleo de Formação: Tecnológica				Período: 2º
<p>Ementa: A importância econômica e social das micro e pequenas empresas (MPE's) no desenvolvimento do país. Tipologia das micro e pequenas empresas e perspectivas empresariais: indústria, comércio e serviço. Aspectos do mercado local, regional, nacional e de exportação. Aspectos financeiros. Aspectos legais. Empresas familiares e sucessão. Técnicas administrativas aplicadas às MPE's: estrutura, organização e métodos, recursos humanos, produção, materiais, vendas. Instituições, políticas públicas e programas de apoio para as micro e pequenas empresas. MPEs e as licitações públicas.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas DOS SANTOS, Anselmo Luís et al. (Org.). Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. Administrando Micro e Pequenas Empresas. 1. ed. <i>Campus</i>, 2010. TACHIZAWA, Elio Takeshy; FARIA, Marília De Sant'anna. Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas. 2. ed. São Paulo: Editora FGV, 2012.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares MORETTO, A. et al. (Org.). Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil. IDT, BNB, CESIT/UNICAMP, 2010. CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São</p>				

PLANO DE DISCIPLINA

Paulo: Atlas, 2001.

DE PAULA, José Carlos; MARTINS, Telmo Santos. Gestão de Créditos para Micro e Pequenas Empresas. 1. ed.. IOB, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Direito I

Código: DIR-I

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 2º

Ementa: Introdução ao estudo do Direito. Noções de pessoas, bens e fatos jurídicos. Empresa: empresário individual e sociedades empresárias. Registro de empresa. Elementos de identificação de empresa. Dissolução, Liquidação e Extinção da Pessoa Jurídica. Demais Tópicos de Direito Empresarial. Direitos do Consumidor. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. Qualidade de Produtos e Serviços, Prevenção e Reparação dos Danos. Práticas Comerciais. Proteção Contratual. Sanções Administrativas.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Direito do Consumidor Esquematizado. Coordenação Pedro Lenza. 6ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2018.

CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado. 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 14ª. São Paulo, Editora Atlas. 2020.

Referências Bibliográficas Complementares

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2015.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. Código de Defesa do Consumidor Comentado: artigo por artigo. - 13. ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2016. 640p.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Amorim Assumpção. Daniel Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 6. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

TEIXEIRA, Tarcisio. Direito empresarial sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2018.

VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial. 8. edição. Editora Saraiva. 2020.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Matemática Financeira

Código: MF

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 2º

Ementa: Contexto das finanças e a matemática: inflação, risco, incerteza, utilidade e oportunidade. Descontos simples e compostos. Séries de pagamento. Amortização de empréstimos. Sistemas de amortizações. Depreciação de valores.

Referências Bibliográficas Básicas

POMPEO, José Nicolau, HAZZAN, Samuel. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PUCCINI, Abelardo Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Elsevier *Campus*, 2011.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra Vieira. Matemática Financeira. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

ALVES, Vilmar dos Santos. Matemática Financeira: técnico em finanças. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Mato Grosso - Cuiabá : UFMT, Porto Velho: IFRO, 2014. (DISPONÍVEL ON LINE)

CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Financeira Fácil. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 12. ed. São Paulo Atlas, 2012.
SAMANEZ, Carlos Patrício, Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas

Código: GEP

CH Teórica: 60

CH Prática: 20

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 2º

Ementa: A evolução das áreas de recursos humanos e o novo mundo do trabalho. O impacto da globalização no mundo do trabalho. O processo de mudança. Qualidade de vida no trabalho. Produtividade e Qualidade nas organizações do século XXI. Estratégia organizacional e estratégia de Gestão de Pessoas. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas. Plano de desenvolvimento e formação de talentos. Gestão por competências Sistemas de Avaliação de desempenho humano. Cultura Organizacional e Clima Organizacional. Gestão de conflitos. Gestão de pessoas em empresas inovadoras.

Referências Bibliográficas Básicas

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
ULRICH, Dave. Recursos Humanos Estratégicos. 1. ed. São Paulo, Futura, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

Ana Paula Arbache, Denize Athayde Dutra (Organizadoras). Recursos humanos: transformando pela gestão. Editora FGV. 2018.
BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações: práticas atuais sobre o rh estratégico. São Paulo: Atlas, 2012.
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das organizações –10ª Ed. São Paulo: *Campus*. 2015.
DUTRA, Joel Souza. Competências: Conceitos, Instrumentos e Experiências . São Paulo: Atlas, 2016.
AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva UNI, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Introdução à Contabilidade

Código: IC

CH Teórica: 48

CH Prática: 32

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 2º

Ementa: A Contabilidade como instrumento de gestão comercial. Os usuários das informações contábeis. Processo de normatização contábil no Brasil. A contabilidade e sua aplicação; O patrimônio; Contas; Método de escrituração contábil. Razonete e balancete; Apuração do resultado e regimes de contabilidade; Principais demonstrativos contábeis.

Referências Bibliográficas Básicas

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básica de Contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
IUDICIBUS, Sergio de. Manual das sociedades: aplicável às demais sociedades. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

PLANO DE DISCIPLINA

BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das companhias de capital aberto ou sociedade por ações.
CARVALHO, Márcia; GUIMARÃES, Guilherme; CRUZ, Cláudia. Contabilidade geral - uma abordagem interativa São Paulo: Atlas, 2019.
IUDICÍBUS, Sérgio de. et al. Contabilidade introdutória. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Economia e Mercado

Código: EM

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 3º

Ementa: Fundamentos de economia. Introdução à macroeconomia. Introdução à microeconomia. Economia Monetária. Comércio internacional. Economia regional.

Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Dinizar F. (org.) WITTMANN, Milton L. (org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EdUNISC, 2008.

CANO, Wilson. Introdução à Economia: uma abordagem crítica. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. História desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia. 5 ed. Porto Velho, RO: Dinâmica Editora, 2004.

ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Marco Antônio da. Estratégias para atuação em comércio exterior. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. São Paulo: Atlas, 2006.

ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia: livro de exercícios. 4 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia Básica. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. História Regional (Rondônia). 4 ed. Porto Velho, RO: Rondoniana, 2003.

ULTRAMARI, Clovis. Desenvolvimento local e regional. 2 ed. Curitiba, PR: Ibplex, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Contabilidade Gerencial

Código: CG

CH Teórica: 48

CH Prática: 32

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 3º

Ementa: Usuários das informações da contabilidade gerencial. A contabilidade gerencial e suas aplicações nas micro e pequenas empresas. Análise das demonstrações contábeis: Etapas cruciais da análise e interpretação das demonstrações contábeis, análise vertical e horizontal, análise dos índices de liquidez, estrutura patrimonial, administração do capital de giro, índices de atividade, índices de rentabilidade, relatório de análise. Análise de Custos e formação do preço de venda: Classificação, terminologias, finalidade e abrangência dos custos na atividade empresarial. Sistema de gestão de custos. Formação do Preço: tributos sobre vendas, gastos, margem de contribuição, lucro, cálculo mark-up, ponto de equilíbrio com múltiplos produtos ou serviços, avaliação de desempenho dos produtos e serviços. Aplicações do custo no planejamento: orçamento, custo padrão, controle.

PLANO DE DISCIPLINA

Referências Bibliográficas Básicas

BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros. São Paulo: Atlas, 2018.

_____, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros: com aplicações na HP-12C e Excel. 6 ed. São Paulo : Atlas, 2018.

MARION,. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

AQUINO, André C. B. de; MÁRIO, Poueri do Carmo; CARDOSO, Ricardo Lopes. Contabilidade gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial: Da teoria à Prática /Sérgio Iudícibus; Colaborador Valdir Donizete Segato. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ Josedilton Alves. Análise didática das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Metodologias da Pesquisa e Inovação Científico-Tecnológica **Código:** MPICT

CH Teórica: 48 **CH Prática:** 32 **CH Extensão:** 8 **CH A Distância:** 16 **CH Total:** 80

Núcleo de Formação: Tecnológica **Período:** 3º

Ementa: Ciência, pesquisa e tecnologia. Conhecimento científico e tecnológico. Tipos, métodos, técnicas, coleta e análise de dados em pesquisa científica. Projeto de pesquisa e/ou inovação e intervenção tecnológica. Atividade prática de posicionamento de mercado com respectivas estratégias de proposição/intervenção na área comercial, a partir da elaboração, desenvolvimento e tratamento de pesquisa e sob a tríade econômico-social-ambiental no contexto organizacional. Apresentação dos resultados de pesquisa. Relatório de pesquisa: artigo científico e relato tecnológico. Normas e padronização científica.

Referências Bibliográficas Básicas

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, S. L. U.; TEIXEIRA, C. S. FAB LABS: Alinhamento Conceitual. Florianópolis: Perse, 2017.

Disponível em: <<http://via.ufsc.br/download-ebook-fablabs/>> Acesso em 10/06/2020.

PRODANOV, Clever Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível

em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em 18/05/2020

Referências Bibliográficas Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 e.NBR 15287. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BROWN, T. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas idéias. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro: 2010

CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de Projetos Empresariais. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Cláudia Regina. Metodologia da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis : Publicações do IFSC, 2011.EDUCAPES. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206318>

SIENA, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: 2020. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, V.12, n.1, jan/abr, 2020.

Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/5260/3329>

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão Estratégica da Produção e Logística

Código: GEPL

CH Teórica: 68

CH Prática: 12

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 3º

Ementa: Administração da produção e operações: pressupostos, objetivos e trajetória histórica. Administração estratégica da produção e operações. Sistemas de produção e de serviços. Planejamento e controle da produção. Processo produtivo e arranjo físico. Estudo da capacidade produtiva: carga-de-máquina e mão-de-obra. Gargalos produtivos. Tecnologia nos processos produtivos. Gestão e sistemas de qualidade produtiva. Produção enxuta. Desafios à gestão da produção e operações nas MPES. Fundamentos da Logística. Gestão da cadeia de suprimentos. Canais de distribuição. Roteirização. Compras. Gestão de estoques e Armazenagem; Embalagem, armazenagem, movimentação e transporte.

Referências Bibliográficas Básicas

CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. Logística Operacional: Guia Prático. 2. ed. São Paulo: Ed. Érica, 2009.

CORRÊA, Henrique L. CORRÊA, Carlos A. Administração da produção e operações – manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLACK, Nigel. CHAMBERS, Stuart. JOHNSTON, Robert. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

CORREIA, H. L.; GIANESI, I. G. N. Just in time, MRP II, e OPT: um enfoque estratégico. São Paulo: Atlas, 1996.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8ª edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MARTINS, Petrônio G. LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2001.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

RUSSOMANO, Victor Henrique. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Pioneira, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão de Inovação e Sustentabilidade Empresarial

Código: GISE

CH Teórica: 68

CH Prática: 12

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 3º

Ementa: Inovação em organizações: conceitos e importância. Tipos de inovação. Gerenciamento da inovação. A inovação como um processo central dos negócios em micro e pequenas empresas. Educação Ambiental. Perspectivas da inovação nos novos cenários competitivos e suas inter-relações com o desenvolvimento sustentável. Origens, conceitos e dimensões da sustentabilidade. Sustentabilidade no contexto organizacional: a tríade econômico-social-ambiental. Indicadores da sustentabilidade socioeconômica ambiental. Limites e contradições da sustentabilidade empresarial. Inovação para a sustentabilidade e competitividade. Ecoinovação. Planejamento de um empreendimento sustentável e inovador (modelos de negócios). Indicadores e mensuração da inovação.

Referências Bibliográficas Básicas

ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, KARL; SAVITZ, ANDREW. A Empresa Sustentável: o Verdadeiro Sucesso e Lucro Com Responsabilidade. Rio de Janeiro: *Campus*, 2009.

WEETMAN, Catherine (Autor). Serra, Afonso Celso da Cunha (Tradutor). Economia Circular: conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa. Editora Autêntica Business. 1ª ed. 2019.

PLANO DE DISCIPLINA

Referências Bibliográficas Complementares

CAMPOS, Alexandre de; Goulart, Vercy Douglas Garcia. Logística reversa integrada: Sistemas de responsabilidade pós-consumo aplicados ao ciclo de vida dos produtos (Português). Editora Saraiva. 1ª edição. 2017

LEITE, Paulo Roberto. Logística reversa: Sustentabilidade e competitividade. Editora Saraiva, 3. Ed. 2017.

ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. BROWN, Lester R. Ecoeconomia: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, 2003.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: Edusop, 2008.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. Florianópolis: UFSC/ Brasília: CAPES; UAB, 2012. TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

QUARTO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão Estratégica de Marketing

Código: GEM

CH Teórica: 68

CH Prática: 12

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 4º

Ementa: Fundamentos de marketing. O ambiente de marketing. O composto de marketing. Marketing de serviços. Criação e co-criação de Valor. Estratégias de marketing e posicionamento estratégico de mercado. Segmentação de mercado. Pesquisa de marketing. Construção do plano de marketing. Definição de estratégias de comunicação. Mídias sociais. Administração estratégica de vendas. Método de Planejamento e Gestão da Força de Vendas. Métodos de previsão de vendas. Treinamento de vendas. Vendas e Distribuição. Controle, Análise e Avaliação de vendas.

Referências Bibliográficas Básicas

KOTLER, Philip. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. Rio de Janeiro: Editora *Campus*, 2008.

NEVES, Marcos Fava. Planejamento e gestão estratégica de marketing. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre L. Marketing: conceitos, exercícios, casos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI : como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Agir, 2012.

SZULCSEWSKI, Charles John; MEGIDO, J L Tejon. Administração Estratégica de Vendas e Canais de Distribuição. São Paulo: Atlas, 2002.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão da Qualidade

Código: GQ

CH Teórica: 68

CH Prática: 12

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Tecnológica

Período: 4º

Ementa: Conceito de qualidade, histórico e evolução da qualidade. Pressupostos estratégicos sobre o gerenciamento da qualidade. Agentes da qualidade. Sistemas e procedimentos para a qualidade. Custos da qualidade. Planejamento da qualidade. Avaliação estratégica da qualidade: ambientes e indicadores. Controle e prevenção de perdas. Sistemas de Gestão da Qualidade (normas ISO). FNQ: Modelo de Excelência da Gestão. Prêmio Nacional da Qualidade. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Auditoria da Qualidade.

PLANO DE DISCIPLINA

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade – teoria e casos. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

LAS CASAS, A. L. Qualidade Total em Serviços. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade – Teoria e Prática. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIAR, Silvio. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao programa seis sigma. Nova Lima: INDG, 2006.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; GEROLAMO, Mateus Cecílio.

DAVID, Cláudio G; CRAVEIRO, Fernanda A; ARAÚJO, Marcos H. Gestão da Qualidade: Curso Técnico em Administração. Universidade Federal do Mato Grosso: Rede e-Tec Brasil, 2012.

Gestão da qualidade ISO 9001:2009: princípios e requisitos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Marcio Bambirra. Mudanças organizacionais: técnicas e métodos para a inovação. 2. ed. Belo Horizonte: Lastro, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Desenvolvimento Regional

Código: DR

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 4º

Ementa: Teorias do desenvolvimento. Estruturalismo latino americano. Políticas para o desenvolvimento no Brasil. Aspectos históricos da ocupação do estado de Rondônia. Fundamentos políticos da formação econômica de Rondônia. Os processos de implantação e expansão das atividades econômicas em Rondônia. Políticas públicas de desenvolvimento econômico regional contemporâneas.

Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Dinizar F. (org.) WITTMANN, Milton L. (org.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EdUNISC, 2008.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

LOUREIRO, Violeta R. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. São Paulo, SP: Empório do livro, 2009.

SOUZA, Nali Jesus de. Desenvolvimento econômico. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, SP: EDUSP, 2012.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FURTADO, Celso. Transformações e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.

SILVA, Christian Luiz da. (org.). Políticas públicas de desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Direito II

Código: DIR-II

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Complementar

Período: 4º

Ementa: Noções de Direito do Trabalho: Considerações sobre Direito do Trabalho na Constituição Federal, Princípios; Empregador; Empregado e Trabalhador; Contrato de Trabalho; Jornada de Trabalho; Salário e

PLANO DE DISCIPLINA

Remuneração; Estabilidade; Férias e Abonos; Aviso Prévio; PIS/PASEP; FGTS; Seguro Desemprego; Direito Coletivo do Trabalho; Justiça do Trabalho e o Papel do Preposto. Direito Tributário: Sistema constitucional tributário. Conceitos fundamentais do Direito Tributário. Espécies de tributos. Obrigação tributária. Lançamento e Crédito tributário. Administração tributária. Processo tributário. Planejamento tributário para Micro e Pequena empresa. Tópicos especiais relativos à tributação do MicroEmpendedoror.

Referências Bibliográficas Básicas

ALEXANDRE, Ricardo, Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

BRASIL, Decreto Lei nº 5.452/1943, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 23ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Walter Matheus Bernardino. Direito Tributário. Org. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá: UFMT; Porto Velho, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito, Manual de direito tributário. 10. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, Iniciação do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2011.

PAULSEN, Leandro. Direito Tributário – Constituição e Código Tributário. 12ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Ética nas Relações Comerciais

Código: EE

CH Teórica: 80

CH Prática: -

CH Extensão: 8

CH A Distância: 16

CH Total: 80

Núcleo de Formação: Humanística

Período: 4º

Ementa: Ética e moral. Ética como cuidado de si, do outro e do ambiente. A ética no mercado de trabalho na era da competitividade total. Códigos de ética empresarial e comercial. Debates orientados sobre ética na gestão empresarial. O comportamento ético e a atuação profissional do gestor comercial. Conceituações de sociedade e de cultura. Os múltiplos discursos culturais. Subcultura e contracultura. Multiculturalismo: as relações entre culturas de grupos étnicos e sociais locais e regionais, o mercado e a cultura de massa. Estudos etnográficos. O mercado de bens culturais. Influência da pluralidade cultural sobre os hábitos de consumo.

Referências Bibliográficas Básicas

HANS, Jonas. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

BENNETT, Carole. Ética Profissional: Série Profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SÁ, Antonio Lopes. Ética Profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

AGOSTINHO, Santo. O Livre Arbítrio. São Paulo: Paulus, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LYONS, David. As Regras Morais e a ética. Campinas: Papyrus, 1998.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Arte e Cultura musical Brasileira				Código: ACMB
CH Teórica: 40	CH Prática: -	CH Extensão: 4	CH A Distância: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: Humanística				Período: -
<p>Ementa: Arte: História da Arte; o que é arte; obras de arte; arte na Pré-história; Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea; Arte do Século XX; Arte Brasileira; Arte Popular; Relações entre arte e cultura; Música na Colônia: Conceituando música brasileira; Música indígena e afro-brasileira; As manifestações artísticas sacras e/ou profanas; As influências culturais na música popular no Brasil; Modinha e Lundu; Contribuições artístico-musicais da vinda da família real para o Brasil; Música no Império: Romantismo no Brasil: Francisco Manuel e Carlos Gomes entre outros compositores importantes; A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional; A ópera no Brasil no século XIX; Bandas de Música (Belém); Companhias Líricas (Belém); Valsa, Polca, Schotisch e outros gêneros europeus; O Maxixe, o Choro e suas vertentes; Precursores do Nacionalismo Musical: Brasília Itiberê da Cunha, Alexandre Levy, Alberto Nepomuceno, Ernesto Nazareth, Francisco Braga, Barroso Neto, Luciano Gallet; Música na República: Os movimentos impressionista, modernista e nacionalista no Brasil; O samba e suas vertentes; Carnaval: Marchas carnavalescas. A música sertaneja; Baião e outras expressões nordestinas; A Bossa Nova; A Tropicália; A jovem guarda e a influência do rock norte-americano; Os Festivais da Canção: Excelsior, Record, Globo; A censura e a música de protesto; Música Instrumental Brasileira: Zimbo Trio, Hermeto Pascoal, Cama de Gato, Egberto Gismonti etc.; Música Nova: Koelreutter e o Grupo Música Viva; Expressões musicais da reabertura democrática: Rock Nacional, Música Baiana, Samba e Pagode, Hip Hop, Mangue Beat e Funk, Reggae Nacional; Música Paraense: Carimbó, Brega, Calypso e Guitarrada.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas ANDRADE, Mário de. Ensaio sobre a Música Brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1983. GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 1989. PAZ, Ermelinda Azevedo. Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília, DF: MusiMed, 2000. 293 p.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares RODRIGUEZ, Angel. A dimensão sonora: da linguagem audiovisual. São Paulo: Senac, 2006. SANTIAGO, Gabriel L. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira. 2.ed. São Paulo: Átomo, 2011. TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 2005. WATS, Alan. Cultura da contracultura. São paulo: Mauad, 2012. WISNIK, José Miguel. Som e sentido: uma outra história das músicas. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso: CST em Gestão Comercial				
Disciplina: Culturas Regionais e Sociedades				Código: CRS
CH Teórica: 22	CH Prática: 18	CH Extensão: 4	CH A Distância: 8	CH Total: 40
Núcleo de Formação: Humanística				Período: -
<p>Ementa: Conceituações de sociedade e de cultura. Elementos identitários da civilização brasileira: Identidade(s). Culturas e identidades nacional e regionais: Brasil e suas regiões. As relações entre culturas de grupos étnicos e sociais locais e regionais. O mercado e a cultura de massa. O mercado de bens culturais. Influência da cultura sobre os hábitos de consumo e a formação de mercados regionais.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Básicas ADORNO, Theodoro. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz & terra, 2009. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Porto Alegre: LP&A, 2005.</p>				
<p>Referências Bibliográficas Complementares GONÇALVES, Sérgio Campos. Cultura e sociedade de Consumo: um olhar retrospecto. Revista InRevista. UNAERP, Ribeirão Preto, v.5, p.18-28, 2008.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA

PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e cultura brasileira. São Paulo: Ática. 1993.
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
SEGALEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Economia Brasileira

Código: EB

CH Teórica: 40

CH Prática: -

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Economia Agroexportadora e o Processo de substituição de importações. A formação do capital industrial. O "Plano de Metas" e a expansão econômica acelerada do período JK (1956-1961). Da crise da desaceleração ao milagre (1960- 1973), e do crescimento forçado à crise da dívida (1980). Planos heterodoxos: 1985-1994 e Economia brasileira pós-estabilização (Plano Real). Mudanças nas relações comerciais do Brasil com o exterior. Neodesenvolvimentismo e crescimento econômico (Lulismo). Alterações na presença do Estado no (sub)desenvolvimento brasileiro (anos recentes).

Referências Bibliográficas Básicas

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984. FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio. Economia brasileira contemporânea: (1945-2015). 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2016.

GREMAUD, Amaury P. Economia Brasileira Contemporânea. 8 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 12 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Fundamentos do Trabalho

Código: FT

CH Teórica: 40

CH Prática: -

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Conceitos de trabalho. A dimensão antropológica e filosófica do trabalho. O Trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica; o trabalho como realização da humanidade, como produtor da sobrevivência e da cultura; O trabalho dentro do sistema capitalista de produção: o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho e a questão de sua centralidade: tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BELLONI, Maria Luísa. Educação a Distância. 5. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. p. 61-74. In: MARX, K;

ENGELS, F. Textos, Volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

Referências Bibliográficas Complementares

ALBARNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São

PLANO DE DISCIPLINA

Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Gestão de Inovações Tecnológicas

Código: GIT

CH Teórica: 34

CH Prática: 6

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Definições introdutórias: tecnologia, TICs, paradigmas tecnológicos, inovação e desenvolvimento. Teorias da inovação. Tipos de inovação. Bases conceituais e importância da inovação tecnológica. A empresa inovadora. Modelos do processo de inovação. Processos de inovação tecnológica. Fontes de financiamento à inovação tecnológica.

Referências Bibliográficas Básicas

PELAEZ, Víctor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Hucitec-Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

OCDE. Manual de Oslo. Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre Inovação. 3. Ed. Tradução FINEP, 2007. Disponível em: <www.finep.org.br>

TIDD, J.; BESSANT, John. Gestão da inovação [recurso eletrônico]. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

ANDREASSI, T. Gestão da Inovação Tecnológica. Coleção Debates em Administração. São Paulo: ed. Thomson Learning, 2007.

MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, L.S. Gestão da Tecnologia e Inovação. São Paulo: Saraiva, 2005.

MOREIRA, Daniel Augusto; QUEIROZ, Ana C. S. (coords.). Inovação Organizacional e Tecnológica. São Paulo: Thomson, 2007.

WEISZ, Joel. Projetos de inovação tecnológica: planejamento, formulação, avaliação, tomada de decisões. Brasília: IEL, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Inclusão Social e Digital

Código: ISD

CH Teórica: 40

CH Prática: -

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da inclusão social. Inclusão social (campo, escolas de fábrica, minorias, imigrantes e refugiados, educação em privação de liberdade, indígena). Os processos de implementação da proposta de inclusão social e a dinâmica da inclusão no cotidiano da sociedade. Tipos de necessidades especiais físicas e cognitivas. Cibercultura e Redes Sociais: tendências e debates. Políticas públicas de inclusão sociodigital. Inclusão digital e acessibilidade. Tecnologias digitais e aprendizagem.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMOXICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Afirmando diferenças. Campinas/SP: Papirus, 2015.

BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 2000.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social. São Paulo: Cortez, 2014.

LEMOS, André. CUNHA, Paulo (orgs.). Olhares sobre a cibercultura. Sulina: Porto Alegre, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA

MINHOTO, Antônio (org.). Constituição, minorias e inclusão social. São Paulo: Rideel, 2009.
SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulos, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Inglês Instrumental **Código:** II

CH Teórica: 22 **CH Prática:** 18 **CH Extensão:** 4 **CH A Distância:** 8 **CH Total:** 40

Núcleo de Formação: Humanística **Período:** -

Ementa: Estratégias e técnicas de leitura. Uso do dicionário bilíngue. Vocabulário e sintaxe em contextos significativos. Itens lexicais e categorias. Funções linguísticas. A língua inglesa aplicada ao campo da gestão comercial. Estrutura textual.

Referências Bibliográficas Básicas

EVARISTO, Socorro. Inglês Instrumental – Estratégias de Leitura. 1ª edição. Halley S.A. Gráfica e Editora, 1996.

MARQUES, Amadeu. Password Special Edition. 2ª edição. São Paulo. Editora Ática, 2002. MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental – Módulo 2. São Paulo. Textonovo, 2004.

SCHUMACHER, Cristina; DA COSTA, Francisco Araujo. Inglês para Administração: Guia Prático com Vocabulário e Expressões para Comércio Exterior, Administração de Empresas e Marketing. *Campus* Editora, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students. 2. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 1998.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford University Press, 2005.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Licitações e Contratos **Código:** LC

CH Teórica: 40 **CH Prática:** - **CH Extensão:** 4 **CH A Distância:** 8 **CH Total:** 40

Núcleo de Formação: Humanística **Período:** -

Ementa: Teoria da Licitação. Princípios da Licitação. Dispensa e Inexigibilidade da Licitação. Modalidades, Limites e Tipos de Licitação. Estrutura do Procedimento Licitatório. Disposições Gerais do Contrato Administrativo. Objeto e características gerais dos contratos administrativos. Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

Referências Bibliográficas Básicas

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Nova lei de licitações e contratos administrativos: comparada e comentada. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. São Paulo: Método, 2016.

CALASANS, Manual da licitação: orientação prática para processamento de licitações, com roteiros. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática. São Paulo: Método, 2015.

NASCIMENTO, Renato. Licitações e Contratos Administrativos: Manual de compras e contratações na administração pública/ Lei nº 8.666/93. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

NIEBUHR, Joel de Menezes.. Licitação pública e contrato administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais

Código: LIBRAS

CH Teórica: 22

CH Prática: 18

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Movimentos corporais e faciais com ênfase em mímicas, pantomima e gestos. Diferenças nas expressões faciais gramaticais e afetivas. Uso dos parâmetros da Libras: configuração de mãos, movimentos, ponto de articulação, orientação da mão e expressões não manuais. Introdução ao vocabulário da Libras.

Referências Bibliográficas Básicas

GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2011.

LIRA, Guilherme de Azambuja. Dicionário da língua brasileira de sinais: LIBRAS versão 2.0. Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BRANDAO, Flavia. Dicionário ilustrado de Libras: Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Global, 2011.

COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira v.1: o mundo do surdo em libras. São Paulo: EdUSP, 2009.

FIGUEIRA, Alexandre dos S. Material de apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011.

FRIZANCO, Mary L. E.; et al. Livro ilustrado de Língua Brasileira de sinais. São Paulo: Nova Cultural, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Multiculturalismo e Direitos Humanos

Código: MDH

CH Teórica: 22

CH Prática: 18

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educação afrodescendente. Afrodescendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa. Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afrobrasileiras. Crítica ao equívoco da democracia étnica e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Evolução dos Direitos.

Referências Bibliográficas Básicas

ALBUQUERQUE, Antonio. Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas. São Paulo: SAFE, 2008.

CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Sinopses jurídicas, v.30).

DORETO, Daniella Tech. Questão Social, direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / ... [et al.] ; [revisão técnica: Andréia Saraiva Lima]. – Porto Alegre : SAGAH, 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

SCARANO, Renan Costa Valle. Direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / .. [et al.] ; [revisão técnica: Guilherme Marin]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

DIAS, Reinaldo. Introdução aos direitos humanos. São Paulo: Alínea, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

FAUSTINO, Osvaldo. A legião negra: a luta dos afro-brasileiros na revolução constitucionalista de 1932. São Paulo: Summus, 2011.

MONTE, Mario Ferreria; BRANDÃO, Paulo de Tarso. Direitos humanos e sua efetivação na era da transnacionalidade: debate luso-brasileiro. São Paulo: Juruá, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

Curso: CST em Gestão Comercial

Disciplina: Qualidade de Vida no Trabalho

Código: QVT

CH Teórica: 34

CH Prática: 6

CH Extensão: 4

CH A Distância: 8

CH Total: 40

Núcleo de Formação: Humanística

Período: -

Ementa: Atividade física, saúde e qualidade de vida. Os componentes da aptidão física relacionada à saúde. Testes, medidas e avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Princípios básicos do condicionamento físico para o bem-estar e atividades laborais. Educação para um estilo de vida ativo e promoção da saúde. Exercícios físicos e as doenças relacionadas à atuação profissional na Gestão Comercial. Os componentes do perfil de estilo de vida individual: atividade física, alimentação, comportamento preventivo, relacionamentos e controle do estresse. Esporte e o lazer ativo como mecanismo de promoção da saúde. Ergonomia. Ginástica laboral.

Referências Bibliográficas Básicas

CHIAVENATO, I. O Capital Humano das Organizações. 8ª Edição São Paulo: Atlas, 2009

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de vida no trabalho – QVT : conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial / Ana Cristina Limongi-França. – 2. ed. – 8. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

FERREIRA,, Patricia Itala. Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. organização Andrea Ramal. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : LTC, 2017.

FOSTER, Carl; MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico. [S. l.]: Phorte, Editora, 2009.

GRAMMS, Lorena Carmen - Lotz, Erika Gisele. Gestão Da Qualidade De Vida No Trabalho Intersaberes, 2017.

HIRSCHBRUCH, Márcia Daskal; CARVALHO, Juliana Ribeiro de. Nutrição Esportiva: uma visão prática. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.